

Dossiê

Inventário participativo

Como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal - Belém/PA



Organização do Dossiê

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins (SEMAS/PA);
Magaly Caldas Barros (PPGEO-UFPA);
Maria Goretti da Costa Tavares (FGC/PPGEO-UFPA);
Nabila Suely Souza Pereira (PPGEO-UFPA);
Sabrina Forte e Silva Gonçalves (SEDUC/PA).



DOI 10.11606/XXXXXXXXXX

Dossiê

Inventário participativo

Como instrumento para identificação e gestão
do patrimônio cultural do Beco do Carmo
e Mercado do Porto do Sal - Belém/PA

Organização do Dossiê

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins (SEMAS/PA);
Magaly Caldas Barros (PPGEO-UFPA);
Maria Goretti da Costa Tavares (FGC/PPGEO-UFPA)
Nabila Suelly Souza Pereira (PPGEO-UFPA);
Sabrina Forte e Silva Gonçalves (SEDUC/PA).

Belém-PA, 2025

Ficha catalográfica



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Organização do Dossiê

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins (SEMAS/PA);
Magaly Caldas Barros (PPGEO-UFPA);
Maria Goretti da Costa Tavares (FGC/PPGEO-UFPA)
Nabila Suely Souza Pereira (PPGEO-UFPA);
Sabrina Forte e Silva Gonçalves (SEDUC/PA).

Integrantes da equipe

Coordenação

Maria Goretti da Costa Tavares (FGC/PPGEO-UFPA)

Pesquisadoras

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins (SEMAS);
Magaly Caldas Barros (PPGEO-UFPA);
Nabila Suely Souza Pereira (PPGEO-UFPA);
Sabrina Forte e Silva Gonçalves (SEDUC/PA).

Bolsistas de Iniciação Científica e voluntários

Gabriel Negrão Moreira (Geógrafo/SEMAS — Secretaria de Meio Ambiente do Pará)
Johnny Ruan Santiago dos Santos (Graduando/UFPA)
Kassius Souza de Oliveira (Geógrafo/Graduando/UFPA)
Luiz Diego Lima dos Reis (Graduado/UFPA)
Luiz Felipe Santos dos Santos (Graduado/UFPA)
Manuel Tavares da Silva — (Iniciação Científica do Ensino Médio, morador da comunidade da área de estudo)
Ludric Ismali Craveiro Callender — (Iniciação Científica do Ensino Médio morador da comunidade da área de estudo)

Instituições participantes

UFPA — Universidade Federal do Pará
Fórum Landi — Fórum Landi da Universidade Federal do Pará
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPHAC — Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
SECULT — Secretaria de Estado de Cultura do Pará
Fumbel — Fundação Cultural do Município de Belém
Coletivo Aparelho — Grupo artístico-cultural de atuação em Belém

Organização e elaboração dos mapas

Sabrina Forte e Silva Gonçalves (SEDUC/PA)
Luiz Diego Lima dos Reis (Graduado/UFPA)

Colaboradores

Maryclea Carmona (IPHAN/PA)
Roberta Rodrigues (Fórum Landi/UFPA)
Elaine Arruda (Projeto Mastaréu)
Verônica Lima (Coletivo Aparelho)
Suellen Braz (FUMBEL)

Recursos

Projeto n. 420924/2022-1 – “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural”, Chamada n.º 40/2022 — Linha 5B — Projetos em Rede — Políticas públicas para a promoção da cultura — Pro-Humanidades 2022 — CNPq

Período de realização

Janeiro de 2023 a dezembro de 2025

Revisão

Nome da Pessoa

Projeto gráfico e Capa

José Antonio Bezerra Junior

Agradecimentos às pessoas e instituições que colaboraram com o Inventário

Agradecemos a todos os entrevistados e às instituições que participaram deste inventário, especialmente aos moradores do Beco do Carmo, aos trabalhadores do Mercado do Porto do Sal e às instituições que apoiaram de alguma maneira o projeto.

Agradecemos também à coordenação geral do projeto e ressaltamos que a metodologia utilizada foi desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Agradecemos ainda a colaboração de Maryclea Carmona (IPHAN/PA), Roberta Rodrigues (Fórum Landi/UFPa), Elaine Arruda (Projeto Mastarel), Verônica Lima (Coletivo Aparelho) e Suellen Braz (FUMBEL).

Reconhecemos também o apoio da Universidade Federal do Pará (UFPa), do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DEPHAC), da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT) e da Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel).

Sumário

1. Introdução	9
1.1. Do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal: objeto, problemática e objetivos	9
1.2. A construção dos inventários e os desafios do campo	10
2. Metodologia	12
Articulação da rede de parceiros	12
Reconhecimento da área	13
Oficinas formativas e de identificação	15
Elaboração de fichas	17
Produção cartográfica	17
Seminário de devolutivas	18
3. Sobre o território inventariado	20
3.1. Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal	20
Retrato dos territórios inventariados	22
Geo-história da área inventariada	24
O Beco do Carmo	24
O Mercado do Porto do Sal	27
Aspectos demográficos e sociais	31
4. Identificação das referências culturais	34
4.1. Celebrações	40
Arraial do Pavulagem	40
Cortejos	42
Auto do Círio	44
Circular	46
Festa de Aparelhagem	47
Festas Anuais no Mercado do Porto do Sal	50
Páscoa do Porto do Sal	51
São João Mercado do Porto do Sal	51
Natal Sem Fome do Mercado do Porto do Sal	51
Mastreação	52
Mercado do Choro	53
Seresta do Carmo	55
4.2. Saberes	57
Abrir Letras	57
Atividade Comercial	58
Carpintaria Naval	60
Culinária Típica Paraense	61

Palafitas.....	64
Tecelagem de Rede de Pesca.....	66
4.3 Formas de Expressão	67
Brincadeiras no Oratório do Carmo.....	67
Quadrilha Junina	69
4.4 Lugares	70
Bar do Seu Bené.....	70
Beco do Carmo	71
Forte do Castelo	73
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	74
Igreja da Sé.....	76
Ilhas 77	
Mercado do Porto do Sal.....	78
Praça do Carmo.....	80
Praça Frei Caetano Brandão	82
4.5. Objetos	83
Embarcações.....	83
Mastarel	84
Tambores e Pandeiros.....	85
Saberes	86
4.6 Patrimônio Vivo	87
Dona Arlete.....	87
Dona Graça.....	88
Elaine	90
Pâmela e Débora	92
Seu Bené.....	94
Senhor João	95
5. Resultados da Devolutiva	97
6. Considerações Finais.....	98
7. Referências.....	103

1. Introdução

O presente Dossiê é parte do projeto de pesquisa intitulado “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes (Unicamp/SP), com recursos do Edital de políticas públicas para a promoção da cultura, Pro-Humanidades (2022) do CNPQ.

O objetivo do projeto foi realizar quatro inventários participativos de referências culturais em sítios com diferentes tipologias e localização no país, a saber: dois centros históricos, de Belém-PA e São Luís-MA, o patrimônio natural dos Monólitos de Quixadá-CE e o patrimônio industrial e operário da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, em Tatuí-SP. Cada inventário contou com uma equipe própria de pesquisadores, alunos de graduação, bolsistas e voluntários, distribuídos pelo país.

A partir da avaliação dos resultados dessas quatro experiências foi possível elaborar um Termo de Referência sobre o uso dos Inventários Participativos nos municípios, estados e na união, para contribuir à reflexão teórica e às práticas ligadas a esse instrumento nascido no campo da Educação Patrimonial e da Museologia Social (Vieira Neto e Gomes, 2018; Scifoni, 2022; Florêncio, 2025).

Como base para a realização dos inventários foi utilizada a metodologia elaborada pelo Iphan¹, detalhada no capítulo 2. O Inventário Participativo é um recurso que visa promover a participação social nos processos de identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural, a partir da escuta, da interlocução e do diálogo com os sujeitos da preservação. É uma estratégia de educação patrimonial voltada à mobilização social e à valorização das práticas culturais locais, na qual a produção de conhecimento se dá a partir das trocas e diálogos entre os saberes populares e o acadêmico, respeitando o ponto de vista daqueles que vivem cotidianamente o patrimônio cultural.

1.1. Do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal: objeto, problemática e objetivos

O Núcleo Belém tem como objeto de pesquisa a área do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal, localizada no Centro Histórico de Belém (CHB), e por se encontrarem no núcleo inicial da cidade, estão incluídos nas áreas de edificações tombadas pelo Iphan. Ambos estão integrados a um espaço peculiar do CHB, ao serem circundados por edificações coloniais na maioria cadastradas oficialmente pelos órgãos de Preservação do Patrimônio, área urbana de intensa atividade comercial e o rio Guamá.

¹ Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação, Iphan (2016).

A delimitação do território proposto parte do entorno do complexo paisagístico Feliz Lusitânia, abrangendo o Beco do Carmo e o Mercado do Sal, área estratégica para compreender as dinâmicas sociais e urbanas do Centro Histórico de Belém. Tal área encerra um “enclave” às políticas de refuncionalização urbana que, em grande medida, remodelam os usos do espaço à revelia daqueles que o habitam. Entendendo que o foco se dará sobre os que de fato habitam e construíram laços de pertencimento com essa região da cidade, o recorte definido consegue representar as especificidades da herança cultural desta parte do território do entorno do Centro Histórico de Belém.

Convém destacar um fator que atravessou a dinâmica desta pesquisa: os preparativos para a COP 30, que teve Belém como cidade anfitriã em novembro de 2025. Quando o projeto de aplicação dos inventários estava ainda na etapa do planejamento das oficinas, em 2023, o anúncio oficial de que a capital do Pará seria a sede da reunião da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) foram anunciadas e posteriormente realizadas obras que viriam modificando o cotidiano dos moradores e trabalhadores da área central.

A mobilidade urbana na região foi significativamente afetada. Nas proximidades da área inventariada, ocorreu a remoção de moradores para a execução de obras de infraestrutura urbana, como a construção do Parque Linear Tamandaré, financiado com recursos destinados à COP 30. Esse fato gerou apreensão entre os moradores do Beco do Carmo, que temiam, por algum motivo, também serem alvo de processos de remoção.

1.2. A construção dos inventários e os desafios do campo

Para a construção dos inventários, as atividades realizadas objetivaram promover o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural da área circunscrita entre o Beco do Carmo e o Mercado do Porto do Sal, no Centro Histórico de Belém. Por meio de uma abordagem participativa, envolvendo moradores, trabalhadores e representantes locais, aos quais denominamos habitantes, buscou-se sistematizar as referências culturais presentes no território, identificando seus saberes, celebrações, lugares, objetos e formas de expressão que produzem a identidade da comunidade.

O desenvolvimento dessas ações incluiu oficinas, rodas de conversa e mapeamentos colaborativos, visando fortalecer a memória coletiva e consolidar uma investigação participativa que pudesse subsidiar ações de valorização patrimonial. A execução das atividades foi conduzida de forma gradual e dialogada, promovendo momentos de reflexão coletiva e compartilhamento de experiências, registros audiovisuais e registros escritos.

A condução dessas atividades, contudo, enfrentou desafios inerentes ao contexto local, demandando estratégias contínuas de engajamento e escuta comunitária. A mobilização comunitária exigiu esforços constantes para superar resistências e garantir a participação ativa dos habitantes. No percurso das atividades desenvolvidas e levantamento de informações, percebeu-se que a disponibilidade de dados sobre a área de estudo é limitada, evidenciando certo grau de inviabilização. Diferentemente de outras regiões do Centro Histórico de Belém, as informações oficiais e as pesquisas acadêmicas existentes são, em sua maioria, pouco recentes e precisas.

A problemática de que as políticas patrimoniais e de intervenção urbana implementadas no Centro Histórico de Belém, em especial nessa região do Bairro da Cidade Velha, privilegiaram a valorização dos bens monumentais em detrimento dos espaços e sujeitos periféricos e a necessidade de destacar as referências culturais dessas ocupações e suas contribuições ao patrimônio serviu como bússola orientadora das escolhas de trabalho do Núcleo Pará.

Dessa forma, os inventários apresentam-se como um exercício de cidadania e participação social. A inclusão da categoria “patrimônio vivo” nas fichas de referência evidencia o olhar sensível e potente da comunidade para as pessoas que são suas próprias referências, agentes de saberes e fazeres, isto é, sujeitos que mantêm uma relação de destaque com o lugar e que suas ações constituem trabalho de preservação das dinâmicas cotidianas associadas aos bens culturais identificados.

Assim, seus resultados contribuem para o aprimoramento do papel do Estado, ao dar visibilidade e sistematizar informações sobre as referências culturais de um dos espaços mais singulares e significativos do Centro Histórico de Belém, marcado por sua ligação ribeirinha e por seu contexto histórico e geográfico. Além disso, colaboram para a preservação e valorização das referências culturais, servindo também como fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado coletivo.

Considera-se que a realização do Inventário Participativo consistiu numa oportunidade para que o grupo de pesquisadores envolvidos, através da busca pelo cumprimento do objetivo principal de identificar referências culturais apontadas pelos moradores/as e trabalhadores/as diretamente ligados ao sítio delimitado para o trabalho — Beco do Carmo e o Mercado do Sal — pudessem também levantar a discussão sobre a visibilidade desses sujeitos historicamente preteridos nas políticas públicas relacionadas à preservação patrimonial e ordenamento urbano territorial nesta porção da cidade de Belém.

2. Metodologia

Ancorada no exercício de aproximação frequente com os habitantes e a própria visita ao território inventariado, bem como no esforço de estreitar a relação com os parceiros já atuantes no território, a metodologia adotada para realizar as metas do projeto envolveu um processo participativo e sistemático organizado em seis fases complementares e, muitas vezes, concomitantes, sendo: reconhecimento da área, articulação da rede de parceiros, oficinas formativas e de identificação, elaboração de fichas, produção cartográfica e um seminário de devolutiva.

Inicialmente, realizou-se levantamento preliminar para identificar os grupos sociais e as atividades presentes no território, com ênfase nos lugares, sujeitos e manifestações culturais percebidas como expressivas. A observação participante foi essencial para compreender o contexto urbano produzido sob desigualdades, tensões e resistências, especialmente frente aos processos de turistificação e de requalificação empreendidos na orla do recorte patrimonializado.

Articulação da rede de parceiros

A primeira atividade consistiu em uma reunião com representantes do IPHAN-PA, mediada por Mary Maués, visando iniciar o diálogo sobre o conceito de patrimônio cultural e apresentar a proposta de construção de um inventário participativo. Durante o encontro, foi apresentada a principal referência teórica e metodológica: *“Educação Patrimonial: Inventários Participativos — manual de aplicação”* (Florêncio et al., 2016). O documento forneceu as bases conceituais e práticas para o desenvolvimento das etapas futuras do projeto, enfatizando como a equipe deveria reconhecer as referências culturais a partir das comunidades locais, envolvendo-as na identificação e estabelecendo a relevância patrimonial do recorte espacial.

A segunda atividade de articulação foi a participação no Encontro Cidades da Amazônia e do Brasil, promovido pelo Laboratório da Cidade, organização não governamental ligada ao urbanismo sustentável, em parceria com o Instituto COURB, no Teatro Estação Gasômetro, em Belém. O evento reuniu pesquisadores e gestores para debater soluções urbanas sustentáveis e inclusivas. A participação da equipe permitiu a inserção do Inventário Participativo nas discussões contemporâneas sobre planejamento urbano, enfatizando o papel do patrimônio cultural amazônico.

Objetivando apresentar o projeto para pesquisadores, técnicos de órgãos do patrimônio, docentes e representantes de coletivos culturais, realizou-se no Fórum Landi, uma reunião sobre as ações do Projeto Inventário Participativo. O encontro foi marcado pela diversidade de perspectivas, diálogos sobre os objetos e objetivos do

Inventário, que auxiliaram na definição de estratégias para realizar oficinas e incursões na área de estudo. Essa atividade estabeleceu o caráter participativo da metodologia desde o início, permitindo à equipe do projeto reconhecer a pré-existência de outras ações já realizadas por pesquisadores e agentes de preservação presentes no debate, bem como vislumbrar diferentes percepções sobre o recorte espacial.

Com intuito de criar parcerias, a equipe foi recebida pela então superintendente do IPHAN-PA, Cristina Vasconcelos Nunes. O encontro resultou na ciência da instituição a respeito do projeto, abrindo caminho para ações conjuntas voltadas à proteção do patrimônio cultural, bem como assegurou que o processo de identificação realizado pelo projeto tenha ressonância em políticas públicas.

Por fim, realizou-se uma reunião com a então presidente da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), atual Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCULT), Inês Silveira, visando consolidar parcerias e encaminhamentos para ações futuras. A gestora mostrou interesse no projeto e confirmou apoio institucional, incluindo a possibilidade de reformas no Mercado do Porto do Sal.

Reconhecimento da área

Integrada à programação do XX ENANPUR, ocorrido em Belém, a equipe participou da oficina “A Cultura Popular e as estratégias de gentrificação no Centro Histórico de Belém”, promovida pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Esta oficina ofereceu um Roteiro Geo-Turístico pelo Complexo do Ver-o-peso, conduzido pela prof.^a Dr.^a Goretti Tavares, coordenadora do Núcleo Belém do Inventário Participativo, por João Aires, mestre em carpintaria naval e habitante da área de estudo, pela prof.^a Dr.^a Elaine Arruda, e pelo arquiteto Fernando Mesquita (IPHAN). Esta atividade articulou pesquisa, extensão e uma roda de conversa que oportunizou uma leitura crítica do espaço, contrapondo narrativas institucionais e comunitárias sobre o patrimônio cultural e sua relação com problemáticas da cidade, a exemplo da falta de saneamento básico e destinação correta dos resíduos sólidos.

O roteiro objetivou elaborar os aspectos turísticos e populares do Centro Histórico, ouvir habitantes, técnicos de órgãos de proteção de patrimônio histórico e artístico e lideranças de movimentos sociais atuantes na área. A atividade seguiu com um almoço no restaurante Nu Trapiche (localizado na área de estudo) e culminou no Fórum Landi, onde se realizou um diálogo com os participantes e habitantes do Beco do Carmo, com foco em escutar dos diferentes sujeitos ali presentes algumas proposições para democratizar espaços e acessos do Centro Histórico de Belém.

Posteriormente, no sentido de conhecer melhor o histórico e funcionamento atual do Mercado do Porto do Sal, bem como sondar as condições para o desenvolvimento

das dinâmicas das oficinas que seriam realizadas, a equipe reuniu-se com o senhor Waldivino, responsável pela Divisão de Mercados e Hortomercados. Foram obtidos dados sobre o número de permissionários, fluxos comerciais e transformações recentes no local. Essa etapa evidencia a integração entre a pesquisa documental e a experiência empírica, aspecto central da metodologia participativa, que possibilitou ampliar o conhecimento sobre a dinâmica comercial do Mercado.

Como parte do processo de reconhecimento da área de estudo e primeira aproximação de fato com os habitantes que seriam o foco das oficinas de identificação, realizou-se uma primeira oficina do projeto no restaurante do Seu Bené, com objetivo de iniciar as discussões sobre o entendimento do conceito de patrimônio cultural e tentar realizar um primeiro levantamento das referências culturais daquele grupo. Destaca-se que a mobilização para esta primeira oficina se deu via conversas com as lideranças para anunciarem aos vizinhos o convite, e também no dia da realização foi necessária uma caminhada pelas ruas mais próximas do restaurante com chamada porta a porta dos moradores das palafitas. Desse modo, conseguimos obter a participação de alguns moradores e moradoras com suas crianças, trabalhadores e pesquisadores.

Por meio de dinâmicas com tarjetas e rodas de conversa, foram identificadas referências que incluíam lugares, saberes, celebrações, objetos e histórias de vida — esta última foi essencial para identificarmos posteriormente a categoria Patrimônio Vivo, que identifica pessoas cuja história de vida se entrelaça com a formação do território. Esta oficina possibilitou o eixo participativo do inventário ao abrir caminho para o diálogo direto com os habitantes, a escuta ativa das demandas sociais por eles apresentados que evidenciaram as carências locais em relação a vários direitos fundamentais como saneamento, saúde e lazer. Esta primeira oficina foi um momento crucial para a percepção das intersecções entre patrimônio e demais âmbitos da complexidade social, além de mapear espaços para realização das oficinas seguintes.

Outra atividade importante para o reconhecimento da área e reforço da articulação com os parceiros já atuantes no recorte territorial foi a participação da equipe no evento de Mastreação do Mercado do Porto do Sal, organizado pelo Projeto Mastarel coordenado pela prof.^a Elaine Arruda (UFPA). Segundo a organização do evento, “A mastreação consiste no ato de erguer o mastro sobre o Mercado, iluminando o lugar com sua estrutura, repleta de elementos próprios das embarcações ribeirinhas da Amazônia”. O convite direcionado à coordenadora regional, Prof.^a Dr.^a Goretti Tavares, salientou que o evento concretizou o objetivo principal do Projeto Mastarel: “É a materialização simbólica dos acontecimentos que há anos movimentam a comunidade do Porto do Sal, em Parceria com Elaine Arruda e Mestre João Aires”. A programação reuniu um cortejo com a comunidade, vídeo-performance com Nando

Lima, participação dos grupos musicais Mercado do Choro, DJ Leno e Orquestra Aerofônica. Participar deste evento foi uma imersão na dinâmica cultural e política dos habitantes, percebendo a vinculação da comunidade com aspectos tradicionais ribeirinhos, produção artística e a relação simbólica com o território. Ao perceber o evento como uma festa produzida pelos habitantes que transforma o Mercado do Porto do Sal em espaço de memória e celebração cultural, a metodologia participativa ganhou mais uma camada de complexidade e aproximou a equipe de pesquisadores com a realidade do recorte.

Oficinas formativas e de identificação

Caracterizados por momentos de formação, troca de conhecimentos e identificação participativa das referências culturais locais, essas atividades propuseram colocar os habitantes como protagonistas do processo de mapeamento. A primeira oficina foi realizada no âmbito do reconhecimento da área de estudo, após, foram realizadas duas oficinas com objetivo de identificar e qualificar as referências culturais.

A “I Oficina de Identificação Participativa de Referências Culturais no Centro Histórico de Belém” ocorreu no dia 30 de setembro de 2023, no Restaurante do Seu Bené, no Beco do Carmo. Prevista para começar às 9h do sábado com participação de moradores e trabalhadores da área, a atividade iniciou às 10h sem o quórum esperado, pois muitos dos habitantes trabalham com o comércio ambulante e se preparavam para os eventos do fim de semana. Contudo, contou com a presença de Seu Bené, sua esposa Diana e sua filha Eduarda, além de representantes do município, na figura da SEMEC e FUMBEL. Também participaram alunos do curso de Cinema e a Prof.^a Jorane Castro, com a intenção de produzir filmes acerca das vivências no Beco do Carmo e realizar oficinas para empoderamento local através do audiovisual. O Coletivo Aparelho também esteve presente na figura de uma de suas colaboradoras, com contribuições através de sua ampla experiência no Porto do Sal.

A atividade iniciou com a apresentação dos objetivos do projeto e conduziu uma rodada de apresentações, permitindo que a equipe e os participantes se conhecessem. Cada participante teve a oportunidade de compartilhar seu nome, o local onde mora e sua atuação na área. Posteriormente, foi exibido um vídeo com as atividades preliminares do projeto.

Em seguida, realizou-se um diálogo sobre Patrimônio Cultural e o Inventário Participativo, utilizando recursos visuais como a projeção na TV e *flipchart* para tornar a apresentação didática. Foram abordados os conceitos fundamentais de patrimônio cultural, a definição e os objetivos do Inventário Participativo de Referências Culturais (IPRC) e explicada as diferentes categorias de referências culturais, enriquecendo a

apresentação com a exibição de cartazes e objetos relacionados ao tema. Retomando as referências já levantadas no encontro anterior, foram apresentadas as referências culturais em tarjetas pregadas ao *flipchart*, incentivando os participantes a contribuírem com demais referências que considerassem relevantes. Este momento permitiu uma participação ativa e enriquecedora por parte da comunidade presente, que adicionou referências às categorias: lugares, patrimônio vivo, celebrações e formas de expressão.

Os participantes categorizaram as referências identificadas a partir da dinâmica Mandala de Referências Culturais, notou-se a forte influência da Praça do Carmo e do Mercado do Porto do Sal sobre as referências culturais levantadas, devido ao aglomerado de conexões que esses patrimônios realizaram durante a dinâmica. Após pausa para o lanche, a programação encerrou informando aos participantes que as referências seriam organizadas em fichas e os resultados preliminares seriam apresentados no Seminário de devolutiva. As impressões foram no geral muito positivas, com destaque para a potência existente na área do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal na figura de seus habitantes, seus saberes e ofícios, bem como a importância do projeto para o mapeamento destas referências.

A “II Oficina de Identificação Participativa de Referências Culturais no Centro Histórico de Belém” ocorreu no dia 08 de novembro de 2023 no vão central do Mercado do Porto do Sal. Iniciou apresentando os objetivos do projeto e conduzindo uma rodada de apresentações, permitindo que a equipe e os participantes se conhecessem. Após as apresentações, a equipe dedicou-se à explicação do conceito de referências culturais, utilizando recursos visuais como imagens impressas de patrimônios culturais patrimonializados no Pará e no Brasil. Foram apresentados os conceitos de patrimônio cultural, a definição e os objetivos do Inventário Participativo de Referências Culturais (IPRC), as categorias de referências culturais, intercalando a explicação com a apresentação de imagens.

As placas dos cones que compõem a dinâmica Mandala de Referências Culturais ajudaram a entender e identificar as referências dos habitantes do entorno do Mercado, bem como dos permissionários. Acrescentamos “legendas” com exemplos de cada categoria, estimulando-os a identificar correspondências ou similaridades em seus espaços e práticas cotidianas.

Após a etapa de categorização, o grupo destacou a importância de algumas pessoas na relação com as referências, criando a categoria “pessoas” para sublinhar a atuação de sujeitos na produção e permanência do território. Entende-se que esta se alinha à categoria “patrimônio vivo” criada pelos participantes da oficina I. O grupo verificou a importância do Mercado do Porto do Sal, das festas e das pessoas a respeito das referências culturais identificadas, por apresentar muitos veículos com as demais

referências. A programação encerrou após pausa para lanche, seguida de uma fala sobre a organização dos resultados da oficina e posterior socialização destes no Seminário de devolutiva. Em geral, as impressões da equipe foram positivas, foi possível estabelecer conclusões preliminares a respeito da dinâmica social e cultural, destacando objetos e celebrações construídos pelos habitantes, além de considerarmos o projeto como uma oportunidade de reflexão sobre as referências culturais.

Elaboração de fichas

Esta etapa marca a transição de escuta participativa para a sistematização técnica dos conteúdos produzidos coletivamente. Definidas as categorias (saberes, lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e patrimônio vivo), a equipe se dividiu em grupos de trabalho para cada categoria, responsáveis pela redação das fichas descritivas conforme os parâmetros do Manual de Aplicação (Florêncio *et al.*, 2016). Esse procedimento permitiu que os conteúdos das fichas fossem fidedignos aos depoimentos dos habitantes locais, sem abreviar os significados simbólicos às classificações acadêmicas.

Cada ficha foi pensada para compor o instrumento de valorização do patrimônio cultural, reunindo informações sobre nomenclatura da referência, localização, descrição detalhada, contexto histórico, agentes relacionados e importância sociocultural. Buscou-se incorporar trechos de entrevistas, falas e expressões utilizadas pelos habitantes durante as oficinas, de modo a manter a percepção comunitária sobre o território. A elaboração das fichas, portanto, manteve a coerência metodológica com os parâmetros participativos, assumindo a oralidade, a vivência cotidiana e as práticas artísticas no texto da documentação institucional.

As fichas foram produzidas *com* os sujeitos envolvidos no projeto, cuidado que implicou revisitar constantemente as anotações, gravações, imagens, diálogos e a própria área de estudo. Compreendem-se as fichas como um prolongamento do processo de escuta, de imersão nas dinâmicas coletivas e das relações pessoais e profissionais criadas a partir do projeto, corolário, também, de um exercício de responsabilidade interpretativa.

Produção cartográfica

O mapa tornou visível a densidade simbólica e a sobreposição de práticas culturais ao longo da faixa de orla entre o Beco do Carmo e o Mercado do Porto do Sal, evidenciando a centralidade cultural dessa porção urbana e os riscos de sua invisibilização frente a projetos de requalificação excludentes.

A produção cartográfica constituiu uma etapa central da metodologia por possibilitar a tradução espacial das referências identificadas ao longo da pesquisa, após as visitas em campo. Os mapas foram elaborados a partir da combinação de técnicas de geoprocessamento no QGIS (Versão 3.40.12 Bratislava) e de análise e confecção de pontos, linhas e polígonos no Google Earth Pro, ferramentas que permitiram delimitar com precisão a área estudada, reconhecer as suas particularidades morfológicas, além de incorporar pontos georreferenciados relacionados às práticas culturais mencionadas pelos sujeitos locais. Essa etapa reforçou o caráter participativo do inventário, uma vez que a cartografia representou o espaço físico, bem como materializou, em linguagem visual, as narrativas e memórias compartilhadas pelos sujeitos, tanto no Beco do Carmo quanto no Mercado do Porto do Sal.

Entretanto, a espacialização das referências apresentou desafios significativos. Algumas práticas e manifestações culturais não se expressam de forma fixa no território, pois se deslocam entre os portos, as ruas, os trapiches e outros espaços de convivência e isso exigiu um esforço interpretativo para transformar elementos imateriais em pontos ou áreas representáveis no mapa de referências culturais. Além disso, a ausência de endereços formais nas ruas/vielas, a sobreposição de usos e a dinâmica fluida entre o Beco e o Mercado, demandaram revisitas constantes e sucessivas verificações em campo para garantir a acurácia das informações. Apesar das dificuldades, o mapa produzido encerra a complexidade socioespacial da área inventariada e reforça a importância da cartografia enquanto instrumento de visibilidade, valorização e reivindicação política das referências culturais.

Seminário de devolutivas

Esta etapa foi pensada enquanto parte conclusiva do processo de construção do Inventário Participativo, objetivou socializar os resultados preliminares do projeto, validar as referências identificadas nas oficinas e confraternizar com a rede formada ao longo das ações do projeto. Além de apresentar os resultados técnicos, a devolutiva assumiu o perfil de uma celebração compartilhada do todo processo participativo, reuniu representantes da FUMBEL, do IPHAN, da SECON, do Fórum Landi, pesquisadores da UFPA, coletivos culturais e os habitantes do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal. O diálogo pontuou questões relacionadas às comunidades existentes no Centro Histórico de Belém, tais como problemáticas ambientais, socioeconômicas, culturais e políticas, configurando-se como um espaço de reconhecimento mútuo assegurado pela importância de instrumentos participativos na promoção do patrimônio cultural.

Ao combinar pesquisa de campo, escuta ativa, diálogo entre saberes e produção cartográfica, a metodologia adotada reafirma o potencial do inventário participativo

como ferramenta à identificação de referências culturais e de reivindicação política do território. Trata-se de um instrumento eficaz de valorização de territórios historicamente invisibilizados, cujos sujeitos e referências culturais atuam na produção do espaço por meio de suas próprias formas de habitar, resistir e produzir cidade.

3. Sobre o território inventariado

3.1 Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal

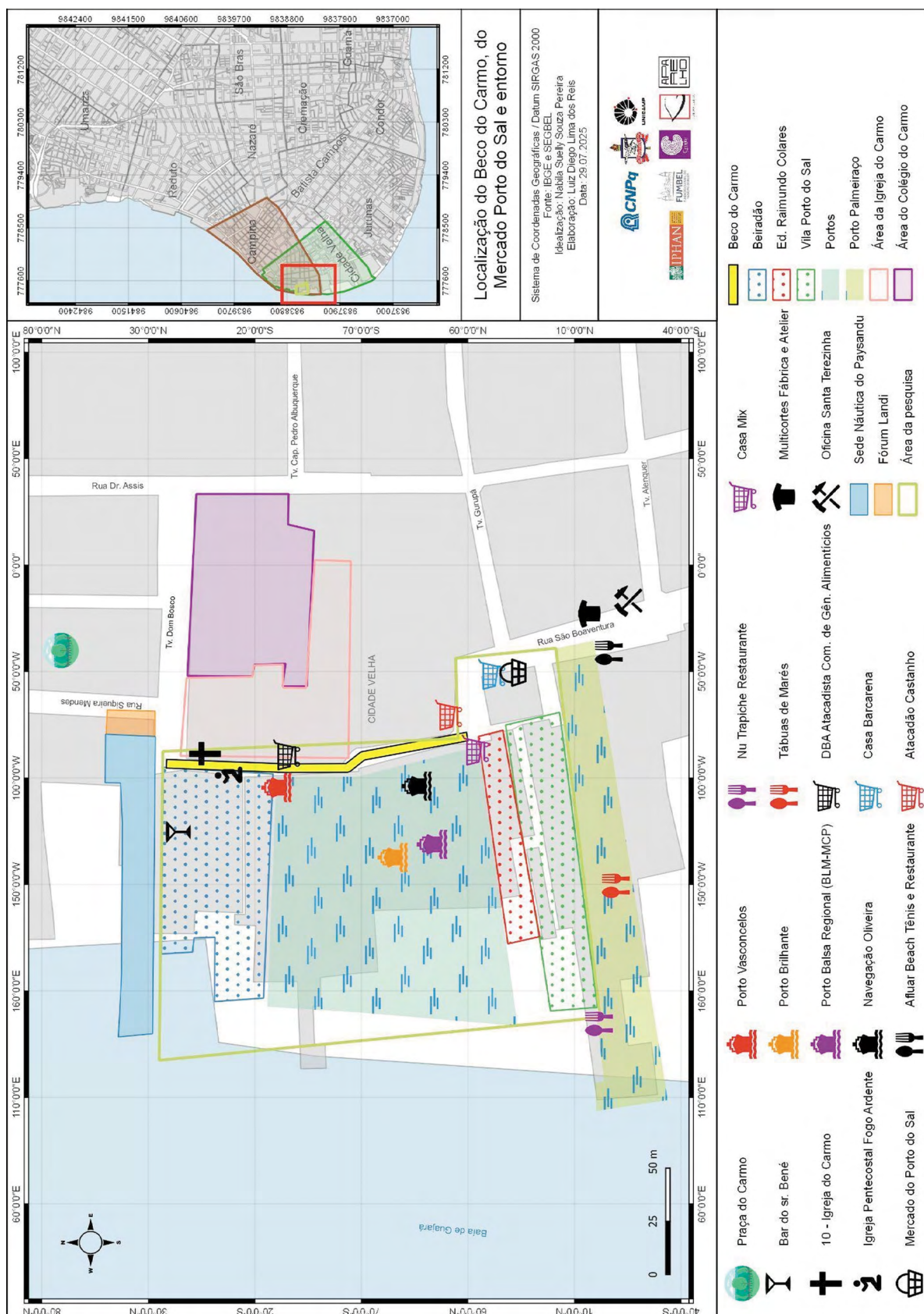
O território composto pelo Beco do Carmo e pelo Mercado do Porto do Sal revela uma paisagem singular no bairro da Cidade Velha, em Belém. Entre ladeira, trapiches e palafitas à beira do rio Guamá, o cotidiano desses espaços articula práticas ribeirinhas e relações de trabalho que se reproduzem historicamente, configurando um espaço significativo de mudanças e permanências na dinâmica dessa área do CHB. As entrevistas com moradores e permissionários, juntamente com as observações de campo e registros fotográficos, confirmaram as principais características do território, marcado pela relação cotidiana com o rio, pelas atividades comerciais e pelo sentimento de pertencimento dos habitantes. Esses elementos indicam um território em transformação, marcado por limitações de infraestrutura e pela permanência de modos de vida ribeirinhos.

O Mapa 1 de localização evidencia as particularidades da área de estudo. O Beco do Carmo, representado por uma passagem estreita, abrange não somente a ladeira, mas também toda a área composta pela comunidade do Beiradão, pelo edifício Raimundo Colares e pelos portos que seguem até o Mercado. Ou seja, o Beco do Carmo não se limita à ladeira em si, mas compreende também o espaço que envolve o entorno da descida até o Mercado do Porto do Sal. Já a Vila Porto do Sal, situada atrás do Mercado, corresponde à continuação da travessa Gurupá. Nesse trecho encontram-se vestígios do antigo Porto do Sal. O que antes era área portuária transformou-se em vila, composta por palafitas e construções em alvenaria. Essa vila é conhecida como Vila Porto do Sal, embora seu endereço oficial conste como travessa Gurupá

Inventário participativo

Como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal e entorno

Porto do Sal - Belém/PA



Mapa 1: Localização do Beco do Carmo, Mercado Porto do Sal e entorno.

Os dois territórios se encontram no bairro da Cidade Velha, o qual integra os Distritos Administrativos DABEL e DAGUA. O Beco do Carmo localiza-se entre Travessa Dom Bosco e Travessa Gurupá, tendo como ponto de referência inicial a lateral da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Outros pontos de referência são Sede Náutica do Paysandu e Porto Brilhante. Por sua vez, na descida do Beco do Carmo, chega-se ao Mercado do Porto do Sal, que se localiza na Rua São Boaventura, nas proximidades com a travessa Gurupá e o Porto Palmeiraço. Ali na região do Mercado, os pontos de referência são: Restaurante Flor do meu bairro, Loja de artigos de pesca Casa Barcarena, Loja de ferramentas Fortaleza do Porto do Sal, Restaurante Na Maré.

Enquanto o Beco do Carmo é composto de palafitas e casas de alvenaria à beira do rio Guamá, o Mercado do Porto Sal é o único mercado da Cidade Velha e foi inaugurado com a denominação de Mercado do Guamá, em alusão ao rio que circunda o bairro. Posteriormente, adquiriu a denominação de Mercado do Porto do Sal, pela influência de relações com o Porto do Sal, um dos importantes portos existentes na proximidade (Costa, 2019). Ambos estão intimamente ligados à cultura ribeirinha, em suas práticas cotidianas, no âmbito do trabalho e do morar.

Retrato dos territórios inventariados

A paisagem dos territórios inventariados, embora seja predominantemente urbana, possui elementos naturais específicos: tais como Rio Guamá e áreas verdes de pequenas propriedades. Os portos que circundam a área dinamizam o cotidiano em função de atividades relacionadas ao rio e ao comércio com ilhas próximas. Assim, por se tratar de um espaço que além de fazer a conexão do Centro Histórico de apelo turístico e patrimonial com o espaço periférico de Belém, delineia um tecido urbano moldado pelas ocupações em áreas de portos desativados, configurando uma paisagem única no bairro da Cidade Velha.

Ao lado da centenária Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a ladeira conhecida como Beco do Carmo inicia outra experiência de olhar para o CHB. As moradias deixam de ter arquitetura colonial e configuram-se em palafitas, forma tradicional ribeirinha, com casas de madeira e suspensa ao rio. Observa-se também habitações em alvenaria, adaptadas às enchentes e ao acesso à água, circundadas por pontes de madeira para o tráfego (Wisiak *et al.*, 2024).

No início da descida da ladeira, à direita, há uma ponte que dá acesso ao complexo conhecido como Porto Beiradão, onde se localiza um trapiche ocupado por moradores provenientes de uma ocupação informal, além de pequenas oficinas de motor de barco. Nesse complexo, destaca-se o bar e restaurante do Bené, um ponto comercial de estrutura em madeira, muito conhecido na região. As demais moradias seguem um

padrão semelhante, com construções simples, de um a dois cômodos. A precariedade da infraestrutura é evidente, já que a área não conta com pavimentação nem sistema de drenagem.

Descendo pelo Beco do Carmo em direção ao Mercado do Porto do Sal, observa-se mais uma ocupação informal, conhecida como Menino Jesus. Prosseguindo pelo trajeto, chega-se ao Porto Vasconcelos; em seguida, encontram-se pequenos prédios até alcançar o Porto Brilhante. Durante esse percurso, é possível acompanhar o fluxo de embarcações que transportam passageiros e mercadorias para as ilhas próximas e outras localidades. Nesse contexto, entre portos e vielas, a dinâmica do Beco do Carmo revela uma ocupação marcada pela presença de moradores oriundos de municípios vizinhos e do arquipélago do Marajó, populações, em grande medida, familiarizadas com o rio, suas formas de habitar e suas estratégias de mobilidade.

Chegando ao Mercado Porto do Sal, observa-se as características de uma edificação centenária, a qual está ligada à realidade das pessoas enquanto objeto espacial, resultado do acúmulo de tempos e técnicas. Portanto, se caracteriza como uma rugosidade espacial (Santos, 2017) de suma importância ao contexto no qual se insere. Abriga box de vendas de frutas, carnes, lanches e bebidas, refeições e serviços de salão de beleza, assistência técnica e biblioteca comunitária.

Diferente de outros mercados do CHB, o Mercado do Porto do Sal se destaca por abrigar, além das atividades comerciais durante a semana, algumas programações culturais que atrai frequentadores de diversos bairros. Essa coexistência de diferentes territorialidades é potencializada por sua localização no CHB e próxima ao rio, o que reforça sua relevância urbana. A edificação centenária, portanto, adquire não somente valor funcional, mas também patrimonial, afirmando seu papel como espaço simbólico e histórico na cidade.

Pela manhã, o mercado apresenta uma atividade comercial significativa, pois ao fim da tarde o expediente já é finalizado. Embora o número de boxes com variedades de produtos e o fluxo de consumidores para a compra não sejam muito expressivos, convém destacar a venda de alimentos, especialmente as marmitas e o fornecimento de açaí engarrafado, destinado a alguns restaurantes das proximidades. A venda por delivery também se configura como uma potencialidade do mercado, já que, por estar localizado próximo à área comercial de Belém, representa uma opção prática de refeição para os trabalhadores da região.

O mercado funciona de segunda a sábado. Aos domingos, permanece fechado, com exceção de alguns boxes localizados ao redor que continuam operando. No entanto, essa dinâmica pode ser alterada quando ocorrem atividades culturais nas redondezas do CHB, como o Projeto Circular, durante o qual o mercado passa a ser

ocupado por grupos de samba e outras manifestações artísticas. Outra manifestação artística ocorrente no mercado é a “Mastreação do Mercado do Porto do Sal”, realizada pelo Projeto Mastarel, que elenca características da identidade ribeirinha e da vivência cotidiana de quem frequenta e trabalha no mercado. Há também o projeto ativo de biblioteca comunitária, idealizada em dezembro de 2016 pelo Coletivo Aparelho, a Biblioteca do Porto, que desenvolve ações socioculturais no Mercado e arredores.

Geo-história da área inventariada

O Beco do Carmo

A Rua do Norte, atual Siqueira Mendes, foi a primeira via aberta em Belém no período da colonização portuguesa, em 1621, seguindo o percurso do rio Guamá (Cruz, 1973) como estratégia de dominação territorial. Na extremidade sul da rua, localiza-se à Igreja do Carmo, objeto espacial que funcionava como limítrofe ao território ocupado. Ao lado da igreja, a área que atualmente é o Beco do Carmo, começou a ser ocupado por famílias provenientes de Igarapé-miri, e posteriormente, outros municípios da região do Baixo Tocantins, no final da década de 70.

A partir dos relatos de Miranda (2006), observa-se como a área do Beco do Carmo era marcada por extrema vulnerabilidade social, na qual as crianças não tinham acesso à escola e as famílias, na maioria de origem ribeirinha, enfrentavam condições precárias de vida, e a maioria dos moradores integrava o mercado informal de trabalho. Após sucessivas obras de infraestrutura na Rua São Boaventura, com a instalação de residências, estabelecimentos comerciais e instituições militares, novas dinâmicas sociais foram instauradas com a construção do Mercado do Porto do Sal e do Asilo Bom Pastor, cujas estruturas criaram barreiras físicas que deram mais tarde origem ao Beco do Carmo (Valente, 1993).

No âmbito das políticas públicas, em 1975, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém elaborou uma proposta de pavimentação de ruas, construção de trapiches e áreas de socialização, restauração de prédios na Siqueira Mendes e no Beco do Carmo (Leão, 2011). Todavia, não considerou as relações dos habitantes com seu entorno e acabou criando indisposições entre a população e o poder público. Desde então, a imagem do Beco do Carmo esteve associada a “relações e espaços esteticamente indesejáveis ao público de maior renda” (Leão, 2011, p. 16), principal alvo de estratégias econômicas desenvolvidas no Centro Histórico de Belém.



Figura 1: “Representação do antes e depois do projeto urbanístico proposto pelo Plano de desenvolvimento da Grande Belém de 1975.”

Fonte: Leão, 2011, p. 17.

Na figura 01 é possível notar a ausência das casas de palafita, o que significa a remoção da população e a reprodução do trauma colonial da desterritorialização de sujeitos historicamente marginalizados. O fato de essa população ter se consolidado na periferia da região mais densamente ocupada em Belém, de forma precária e negligenciada pelo Estado, é um indicativo de como as políticas públicas encaram o centro histórico e sua população. O Beco do Carmo foi por muito tempo “um espaço segregado esquecido pelas políticas públicas e pelos estudiosos da cidade” (Souza; Amaral, 2020, p. 1005).

Em 1996, a Praça do Carmo, que se encontra à frente da Igreja do Carmo, passou por reformas e, dentre outros aspectos, intensificou a relação dos habitantes do Beco com seu entorno. Andrade (2008) elenca opiniões positivas e negativas entre os usuários da praça, destacando a produção evento como o setor mobilizador de atividades que integram a população. “A integração entre secretarias municipais e estaduais também teria um resultado positivo com projetos sociais para a Praça do Carmo, para capacitar ou ocupar jovens, crianças ou adultos do Beco do Carmo” (Andrade, 2008, p.18). Na figura 2 observa-se parte da edificação do convento do Carmo e transeuntes na ladeira que compõem o Beco.



Figura 2: Beco do Carmo.
Fonte: Azevedo, 2006, p.27

No decorrer das décadas, o CHB passou por diversas transformações, das quais poucas alcançaram o espaço do Beco do Carmo, ainda que se trate de um espaço patrimonializado. As relações socioespaciais ali estabelecidas são marcadas pela relação com o rio, evidenciando uma territorialidade específica pouco contemplada pelas intervenções urbanas. Nesse sentido, observando a realidade precária de serviços básicos nesse espaço, com dupla relevância nas questões patrimoniais, à medida que está em constante contato com os referenciais amazônicos, e no âmbito geográfico por se encontrar no espaço do CHB, percebe-se que grande parte das políticas públicas e intervenções patrimoniais desconsidera o papel dos habitantes como protagonistas do patrimônio como um processo social em andamento, evidenciando a expressão da desigualdade social e sua reprodução nos espaços patrimonializados.

Portanto, o Beco do Carmo é também um espaço de memória pulsante. Resultado da sobreposição de tempos, pessoas e histórias, no Beco acontecem processos de reencontros mediados pela relação cidade-rio que a vivência na beira promove. Um local de referência aos habitantes é o bar e restaurante “do Bené”, ilustrado na figura 3, conhecido por ser um espaço de reunião e convivência no Beco. “Situado no Porto Beiradão, Seu Bené é um dos pioneiros no Beco do Carmo e sua história de vida demonstra a realidade de muitos que ali chegaram” (Costa, 2019, p. 57). Seu Bené começou vendendo frutas, depois abriu seu restaurante no Porto Beiradão, na parte da ponte próxima ao embarque dos passageiros. Atualmente o bar do Bené permanece como referência para os habitantes do Beco e recebe atividades culturais variadas.



Figura 3: “Restaurante do Seu Bené no Arapari.
Fonte: Costa, S. C., 2019, p. 7.

O Mercado do Porto do Sal



Figura 4: Grupo de participantes da oficina “A Cultura Popular (e as Estratégias de gentrificação) no Centro Histórico de Belém” — Enanpur 2023 — em frente ao Mercado do Porto do Sal.
Fonte: Acervo, 2023.

O Mercado do Porto do Sal, localizado no bairro Cidade Velha, foi construído em 1933 para atender o abastecimento e escoamento da produção de alimentos oriundos das ilhas próximas à Belém. Surgiu a partir do movimento comercial do Porto do Sal, por onde chegava o sal inglês responsável pelo abastecimento de sal na Amazônia paraense, no período colonial. Outros produtos importantes na relação comercial do Porto do Sal eram: pimenta-do-reino, castanha do Pará e peixe salgado. Costa (2019) afirma que o Mercado do Porto do Sal, desde sua criação, integrou-se a uma rede comercial e hidroviária situada entre o Beco do Carmo e a Rua São Boaventura.

De acordo com Chaves (2013), o mercado foi construído durante o governo de Magalhães Barata e a prefeitura de Gama Malcher. Assinado pelo engenheiro Ricardo Schimandek, o projeto apresenta materiais e arquitetura consideradas inovadoras para a década de trinta do século XX em Belém. Possui estrutura de concreto armado, fachada de traços mouríticos, atendia a população da Cidade Velha, abastecendo produtos de hortifrutigranjeiros, carnes, produtos a granel e mantinha relações com outros mercados e setores comerciais da cidade (Chaves, 2013).

Atualmente, a estrutura do mercado mantém as características originais, com algumas adaptações para a instalação de equipamentos modernos e manutenção de trabalhadoras e trabalhadores no mercado. Há moradias nas partes anteriores e posteriores à edificação, sendo uma arquitetura mista entre palafitas, casas de madeira e de alvenaria.

A continuidade das formas de produzir o espaço reside na relação entre o mercado e seu contexto espacial (ver figura 5), a saber os diversos portos e a área comercial que o circunda. As diversas refuncionalizações, reformas e adequações construídas a partir do uso cotidiano do espaço são resultantes da acumulação simbólica de trocas e valores pertencentes à situação geográfica do Mercado do Porto do Sal.



Figura 5: Mercado do Porto do Sal.

Fonte: Biblioteca Virtual/IBGE

Nessa via, o conjunto das formas espaciais da Cidade Velha nos permite tecer diálogos entre o planejamento urbano colonial e os objetos inseridos por grupos e relações minoritárias, tais como trabalhadores/as dos portos, restaurantes e habitação. A figura 6 apresenta o antigo Porto do Sal, onde é possível identificar elementos característicos da colonização portuguesa na Amazônia, produtos comercializados no porto, o gênero dos principais trabalhadores, além da presença de embarcações.



Figura 6: Antigo Trapiche do Porto do Sal.

Fonte: Antônio Penteado, 1968.

Costa (2019) chama atenção para elementos arquitetônicos que colocam a edificação num lugar de singularidade dentre os demais mercados de Belém. Ao abordar a influência da arquitetura moçárabe, especialmente a mourisca, a autora destaca a ornamentação elaborada como uma característica marcante. Nesse estilo, prevalece a rejeição de superfícies vazias, sendo comum o preenchimento de arcos e vãos, revestimentos cerâmicos e arabescos, como ilustrado nas figuras 7 e 8.



Figura 7: Monograma e Arabesco localizados na parte externa do Mercado do Porto do Sal.
Fonte: Costa, P. S., 2019.



Figura 8: Óculo e Pinha localizados na parte externa superior do Mercado do Porto do Sal.
Fonte: Costa, P. S., 2019.

Por volta de 1978, a função de porto começou a dar lugar às moradias em decorrência dos aterramentos. Esse movimento de criação de novos espaços e funções permite enxergar o Mercado do Porto do Sal como objeto aglutinador de manifestações da cultura no espaço, cuja base reside na experiência cotidiana com o lugar. O estudo de Kunz (2017), a partir de relatos etnográficos, reconstrói uma percepção de paisagem ao identificar evidências espaciais na arquitetura, nos objetos e nos artefatos que reforçam traços de uma relação insular.

A proximidade com o rio está no nível da relação com o lugar e suas estratégias de produção da vida. Nesse contexto, com o passar dos anos, manifestações culturais que reafirmam a identidade ribeirinha fizeram e fazem parte da dinâmica do Mercado do Porto do Sal. Um exemplo dessa perspectiva é o projeto Mastarel, que insere no cotidiano do Mercado saberes tradicionais como a carpintaria naval, um conjunto de conhecimentos, técnicas e práticas ligados à construção de embarcações em madeira, representando a continuidade de uma memória social enraizada na identidade ribeirinha amazônica.

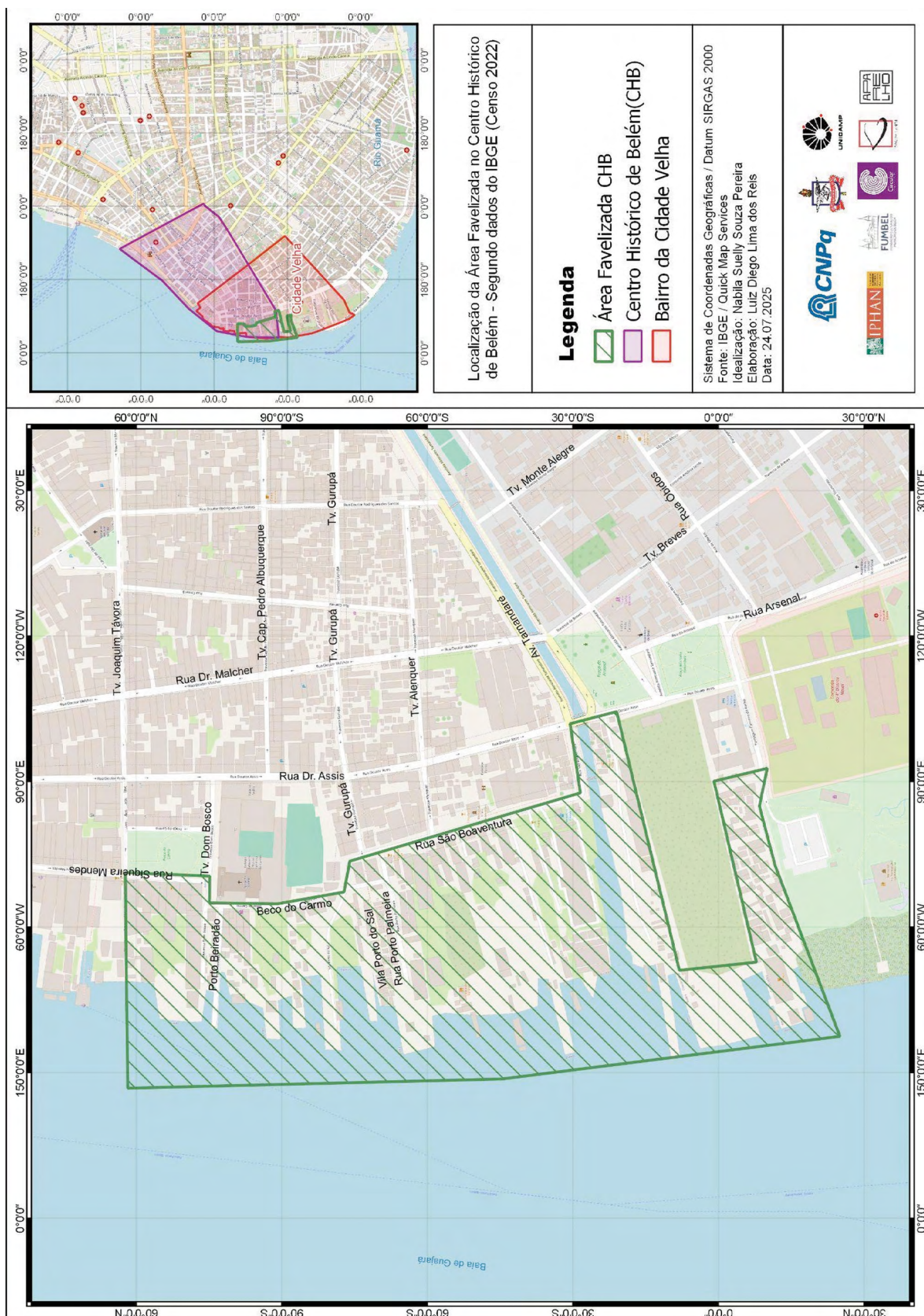
Além do projeto Mastarel e das atividades comerciais tradicionais, o Mercado do Porto do Sal tem se afirmado como um importante espaço de diversas manifestações culturais, que fortalecem a dinâmica socioespacial e a vivência no patrimônio cultural local. Dentre essas manifestações destacam-se as festas anuais no próprio mercado (Páscoa, quadra junina, Dia das Crianças e o Natal), a participação no Projeto Circular e o projeto Mercado do Choro.

Aspectos demográficos e sociais

O bairro da Cidade Velha, onde se encontram os territórios inventariados, como já mencionado, integra os Distritos Administrativos DABEL e DAGUA, áreas caracterizadas por elevada densidade demográfica. No entanto, ao se observar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se uma queda na densidade populacional do bairro ao longo da última década.

Em 2010, a Cidade Velha apresentava uma densidade demográfica de 9.641,47 habitantes por km², com uma população total de 12.128 habitantes. Já em 2022, a densidade reduziu-se para 7.098,70 habitantes por km², com uma população residente de 10.455 pessoas (IBGE, 2022). Essa redução aponta para um processo de esvaziamento populacional, em que segundo Carvalho (2023), a especulação imobiliária no bairro, tem contribuído para o abandono de casarões históricos, devido aos altos custos de manutenção e à inadequação desses imóveis às demandas contemporâneas, o que os torna pouco atrativos para uso.

Sobre as características sócio espaciais do território, mais de 50% da população de Belém vive em áreas classificadas pelo IBGE como favelas, evidenciando a complexidade e a diversidade social dos territórios urbanos da capital paraense. Inserido nesse contexto, o Porto do Sal é classificado como uma área de favela pelo Censo de 2022. Localizada na Cidade Velha, no centro histórico patrimonializado, essa região se estende à beira do rio, entre o Beco do Carmo e o Mercado do Porto do Sal. Como mostra o mapa 1, trata-se da única área da Cidade Velha incluída na cartografia do IBGE sobre favelas e comunidades urbanas.



Mapa 2: Representação de áreas de favelas e comunidades urbanas em trecho do CHB. As regiões destacadas em verde correspondem às áreas classificadas como favelas.

Fonte: IBGE (2022).

Considerando a autoidentificação dos moradores e as discussões em torno do tema, esta pesquisa adota a compreensão do Porto do Sal como uma comunidade, apesar de sua classificação oficial como área de favela. Ali, com pouco mais de 499 habitantes e densidade demográfica de 0,158 hab./km², a região apresenta um perfil predominantemente jovem, com média de idade de 29 anos, e mais da metade da população se autodeclara parda. Esse cenário contrasta com o restante do bairro da Cidade Velha, onde predominam moradores adultos e idosos. O que revela as desigualdades internas ao território urbano, mesmo em áreas historicamente valorizadas.

4. Identificação das referências culturais

Conforme já descrito no item Metodologia, as atividades desenvolvidas durante o projeto contemplaram a execução do objetivo geral estabelecido no Plano de trabalho do núcleo Pará, qual fosse o de “Identificar as referências culturais dos habitantes do Beco do Carmo e do Mercado do Sal, tomando como pressuposto a necessidade de discutir a visibilidade dos sujeitos locais invisibilizados pelas políticas e ações de requalificação urbana”. Desse modo, considera-se que os objetivos de identificar as referências culturais dos habitantes do Beco do Carmo ao Mercado do Sal e os sujeitos historicamente invisibilizados pelas políticas de requalificação no CHB foram cumpridos durante as diversas visitas e 3 oficinas realizadas com os representantes dos grupos de habitantes do território.



Mosaico 1: Imagens da primeira oficina realizada no Restaurante do Seu Bené.

Fonte: acervo, 2023.

Inventário participativo

Como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal - Belém/PA



Mosaico 2: Imagens da segunda oficina realizada no Restaurante do Seu Bené.

Fonte: acervo, 2023.



Mosaico 3: Imagens da segunda oficina realizada no Mercado do Porto do Sal.

Fonte: acervo, 2023.

A seguir reunimos no quadro 1 todas as 35 referências levantadas durante as oficinas, as quais estão classificadas conforme as categorias propostas pela metodologia do Projeto Inventários Participativos:

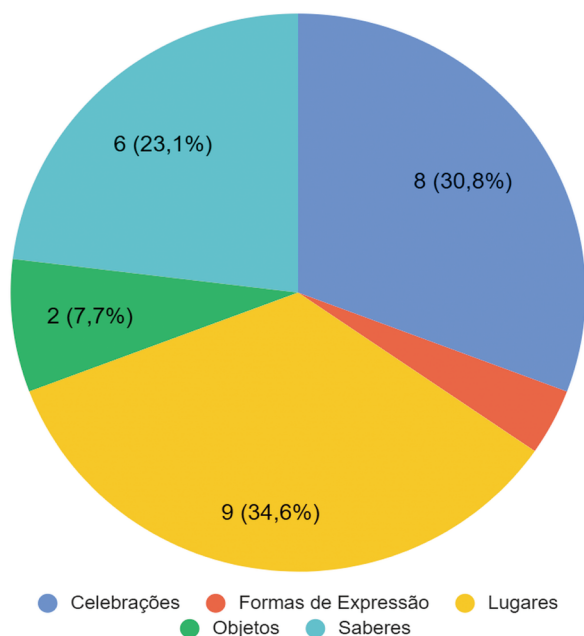
Quadro 1: Referências identificadas durante o
 Levantamento Preliminar reforçadas nas oficinas seguintes

CATEGORIA (QUANTIDADE)	REFERÊNCIA CULTURAL
CELEBRAÇÕES (8)	AUTO DO CÍRIO ARRAIAL DO PAVULAGEM CIRCULAR FESTA DE APARELHAGEM FESTAS ANUAIS NO MERCADO DO PORTO DO SAL MASTREAÇÃO MERCADO DO CHORO SERESTA DO CARMO
FORMAS DE EXPRESSÃO (2)	BRINCADEIRAS NO ORATÓRIO DO CARMO QUADRILHA JUNINA
LUGARES (9)	BAR DO SEU BENÉ BECO DO CARMO FORTE DO CASTELO IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO IGREJA DA SÉ ILHAS MERCADO DO PORTO DO SAL PRAÇA DO CARMO PRAÇA FREI CAETANO BRANDÃO
OBJETOS (3)	EMBARCAÇÕES MASTAREL TAMBORES E PANDEIROS
SABERES (6)	ABRIR LETRAS CARPINTARIA NAVAL CULINÁRIA PALAFITAS ATIVIDADE COMERCIAL TECELAGEM DE REDE DE PESCA
PATRIMÔNIO VIVO	Valtinho; Luiz Jr.; Celso (do pandeiro); Arlete; Princesa do mercado; Dona Graça (salão); Elaine; Débora; Pâmela; João; Socorro (cuscuz); Rosa; Maria José; Barbalho; Peixeiro; Moradores da Gurupá/ Beira Mar

Conforme pontuado na Metodologia, além destas categorias, a equipe se deparou com a necessidade de incluir mais uma categoria, a dos Patrimônios-Vivos, que se refere às pessoas que devido a sua atuação junto a promoção da cultura no local são consideradas referências para manutenção dessas práticas culturais, optou-se por essa denominação por se assemelhar ao tipo de tratamento que já se observa na política pública de outros estados, como o de Pernambuco².

Posteriormente, houve uma reunião da equipe para uma seleção das referências que seriam de fato objeto de fichamento, conforme proposto pela própria metodologia geral do projeto Inventários.

Gráfico 1: Distribuição de Referências Culturais por Categoria



Entre os lugares identificados durante a oficina como parte das referências culturais para os habitantes, destaca-se a importância do Restaurante do Seu Bené, visto que sua influência ultrapassa os limites do território do Beco e tem funcionado como centro de socialização cultural. O Mercado do Porto do Sal é outro lugar identificado por sua relevância socioespacial, além de ser um centro de comércio, ele funciona como ponto de encontro, preservando tradições comerciais e culturais que representam a história e o cotidiano do território, contribuindo para sua vitalidade e identidade.

Na categoria objetos, destaca-se o Mastarel, objeto tradicionalmente vinculado às embarcações, instalado no telhado do Mercado do Porto do Sal. Sua produção e instalação ocorreu em dezembro de 2016, através das ações de Elaine Arruda e do

² O termo "Patrimônio Vivo" foi inspirado na Política de Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (Lei n.º 12.196, de 2 de maio de 2002, alterada pela Lei n.º 15.944, de 14 de dezembro de 2016) que destaca a importância das personalidades que contribuem fortemente para a Preservação do Patrimônio local e inclusive são contempladas com bolsas de incentivo.

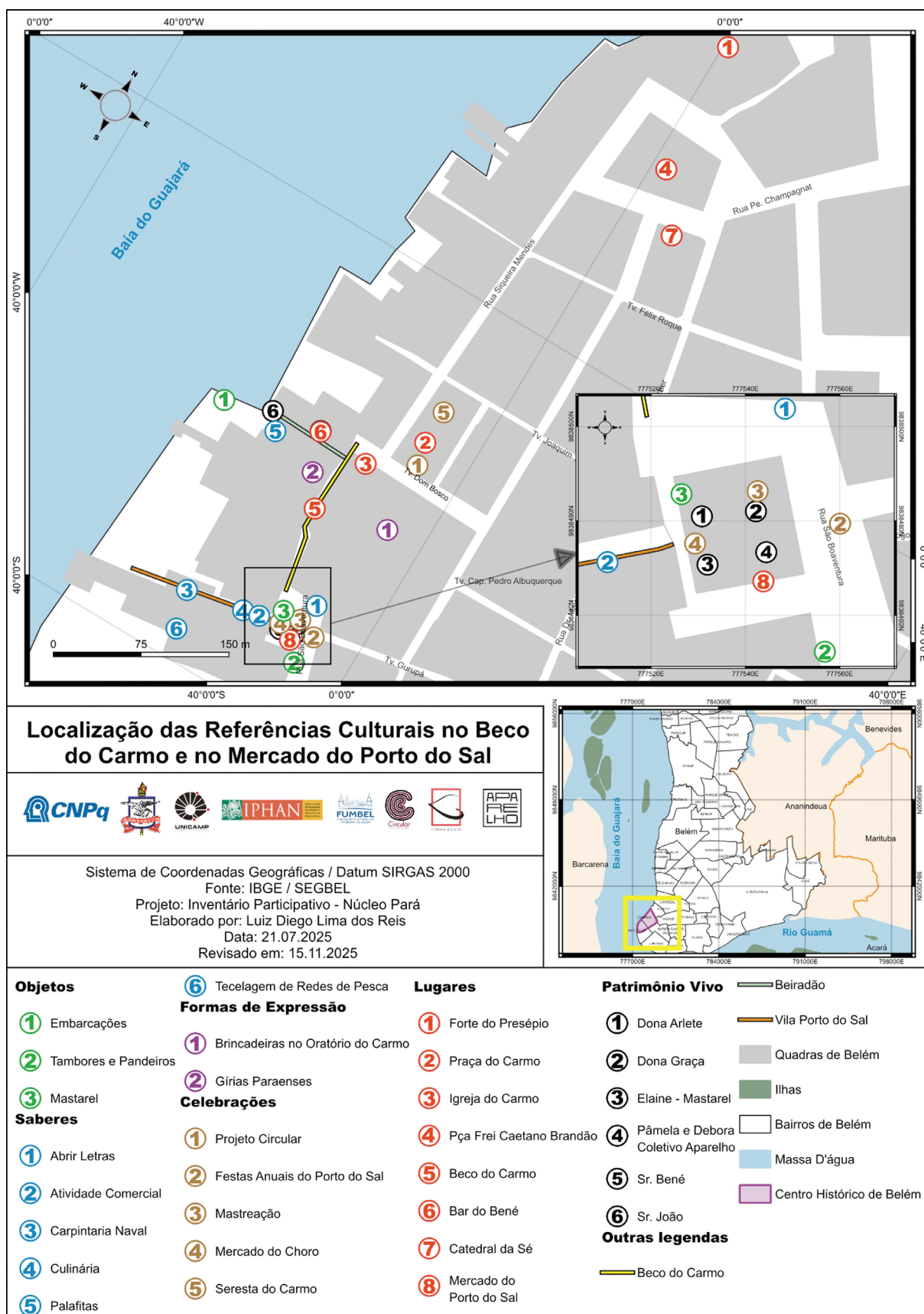
Mestre João Aires, consolidando o Mastarel como um símbolo de pertencimento e continuidade cultural no território.

Dentre os patrimônios-vivos, não foi possível realizar entrevista com todos os sujeitos indicados inicialmente (ver Quadro 2), somente com algumas pessoas que se disponibilizaram e dispunham de horário de trabalho compatível com as visitas da equipe do projeto Inventário. Desse modo, foram entrevistados como Patrimônio-Vivo: Dona Arlete (permissionária do mercado), Pamela e Débora (Coletivo Aparente), Seu Bené e o João Aires, todos os sujeitos amplamente reconhecidos por seus saberes e influência na comunidade, especialmente no caso de Seu João uma figura singular por sua experiência e conhecimentos tradicionais sobre carpintaria Naval, um saber que dialoga diretamente com várias atividades cotidianas realizadas no território.

Nos saberes, a carpintaria naval destaca-se como uma prática tradicional, relacionada à construção de embarcações e outros objetos de uso cotidiano ligados ao rio e às atividades ribeirinhas. Esse saber é fundamental para a preservação da identidade econômica e cultural do território, além de transmitir conhecimentos técnicos. Entre as celebrações, o Círio de Nazaré é uma das mais relevantes, reunindo os habitantes em uma festa tradicional que expressa a religiosidade e a coesão social do território.

As categorias desenvolvidas durante as atividades refletem diferentes aspectos do patrimônio cultural no território. A categoria Lugares inclui espaços simbólicos de uso cotidiano que representam pontos de encontro, convivência e identidades locais. A categoria Celebrações abarca eventos tradicionais e festividades que fortalecem os laços comunitários e transmitem memórias coletivas. Em Formas de expressão, destacam-se as gírias paraenses, brincadeiras tradicionais e oratório do Carmo, que constituem modos de comunicação e práticas culturais que expressam a identidade local. A categoria Objetos reúne itens que simbolizam rituais e atividades culturais. Por fim, Saberes refere-se ao conhecimento técnico e prático transmitido oralmente, como a marcenaria naval, além de práticas culinárias e artesanais que representam a memória e a identidade do território, reforçando a importância do patrimônio imaterial na construção da cultura local.

O mapa 3 localiza as referências identificadas em seus locais de maior incidência ou representatividade.



Mapa 3: Localização das referências culturais identificadas no projeto.

Fonte: autoria, 2025.

4.1 Celebrações

Arraial do Pavulagem



Concentração de pessoas para show de Culminância do Arrastão do Peixe-Boi na Praça do Carmo.

Fonte: <https://holofotevirtual.blogspot.com/2010/10/arrastao-do-cirio-completa-dez-anos.html>

Participantes do Arrastão do Círio em cortejo na Avenida Presidente Vargas. Fonte: O Liberal, 2022.

O Arraial do Pavulagem é uma organização da sociedade civil, na forma de instituto, com sede no centro histórico de Belém, criada oficialmente em 2003 que conseguiu se manter e ampliar sua atuação mediante uma série de projetos com recursos captados de editais da Prefeitura, Governo do Pará, Fundação Tancredo Neves, Leis de incentivo a cultural como a lei Semear, bem como recursos de empresas também. Porém, o arraial como manifestação cultural da cidade surge muito anteriormente. Remete aos anos finais da década de 1980 com a articulação dos músicos do núcleo fundador do grupo: por Ronaldo Silva (compositor, músico e cantador), Junior Soares (compositor, músico e cantador), Marcelo Fernandes (guitarra), Rubens Stanislaw (contrabaixo), Rafael Barros (percussão), Franklin Furtado (percussão). O grupo musical consolidou-se e tem atualmente 8 discos lançados.

O “Arraial” enquanto instituto, como é comumente chamado hoje em Belém, desenvolve projetos voltados à cultura popular como oficinas, palestras, rodas cantadas, ensaios, amostras e shows com intuito de promover e valorizar manifestações artísticas. As oficinas são ofertadas gratuitamente na sede do Instituto. Dentre as modalidades ofertadas, estão: dança, artes cênicas, artes circenses, composição e percussão, a fim de capacitar novos participantes para os cortejos. “Das oficinas saem os dançarinos e músicos que levam os ritmos tradicionais da região às ruas nos dias

de Arrastão, os pernas-de-pau e malabaristas que tornam o universo do cortejo ainda mais lúdico” (Silva, 2019, p. 14–15).

A culminância desses projetos em geral são shows e/ou Cortejos capitaneados com música tocada não só da Banda principal, mas também pelo pelotão de músicos formados durante as oficinas e os dançantes que também passam pelos treinamentos. Os principais cortejos que já participam do calendário de eventos da cidade, constituindo, portanto, uma referência cultural não somente de um bairro, mas de uma boa parte da população da capital do estado, são: “Arrastão do Pavulagem” em junho, “Arrastão do Círio” em outubro e “Cordão do Peixe-Boi”. Existe também o “Cordão do Galo” entre janeiro e fevereiro, mas refere-se à atuação do Instituto Arraial no Marajó, em Cachoeira do Arari. Cabe colocar também a presença do arraial nos festejos em homenagem à de São Benedito do município Bragança, no nordeste do Estado do Pará, onde integrantes do grupo musical tem vínculos históricos.

Em relação aos cortejos, é importante perceber que a localização desses trajetos em várias ruas dos bairros centrais de Belém, incluindo a atuação do Arraial fora da cidade como no cordão do Galo, demonstra o alcance inter-escalar, no caso local (bairro), municipal e estadual, desta Referência cultural que povoa o imaginário belemense e no caso aqui em análise, apareceu recorrentemente também na fala dos habitantes do Beco do Carmo e Porto do Sal como uma manifestação cultural que participou da composição das festas da vizinhança.

O Arraial surge como um elemento na memória dos habitantes participantes das oficinas, que fizeram menção mais especificamente a realização do Cortejo do Cordão do Peixe-Boi entre os anos 2003 e 2013. A brincadeira com tema ambiental, iniciava na Avenida Boulevard Castilho França, passava pelo Ver-o-Peso e atravessava o bairro da Cidade-Velha, culminando num show da banda do Arraial na Praça do Carmo. Portanto, bem ao lado do Beco para onde era conduzido todo ano um fluxo de pessoas (aprox. mil pessoas) fomentando não só o lazer, mas a atividade econômica dos moradores do beco e arredores que trabalhavam vendendo água, bebidas, churrasquinho e bombons nestas ocasiões. Informa-se, que houve uma interrupção de quase 10 anos na realização deste cortejo, que retornou neste ano de 2025, porém o trajeto do mesmo não contempla mais a praça do Carmo devido à regulação desse tipo de festa que pela dimensão muito grande e populosa acabou gerando polêmicas e conflitos com os órgãos oficiais de preservação (IPHAM, DEPHAC, FUMBEL) quanto ao uso e ocupação das ruas do centro histórico e entorno de bens tombados. Constitui-se, desse modo, somente uma referência na memória dos habitantes³

³ <https://www.oliberal.com/cultura/arraial-do-pavulagem-realiza-programacao-do-cordao-do-peixe-boi-neste-sabado-25-entenda-1.1040263>

do recorte territorial e que apareceu nas falas como reclamação e demanda pelo retorno de sua ocorrência junto a eles.

Cortejos

Arrastão do Pavulagem: Ocorre a partir do segundo sábado do mês de junho e nos três sábados subsequentes, como parte das manifestações juninas em Belém. O cortejo inicia na Escadinha do Cais do Porto (Imagem 1), ao lado da Estação das Docas, segue em direção à Praça da República (aproximadamente 700 m), onde se realiza um show da banda Arraial do Pavulagem. Cerca de 30 mil pessoas participam da programação, um dos principais símbolos do cortejo é o chapéu de palha (Imagem 2).

Durante esse trajeto é contada a história do boi, por meio de elementos lúdicos. O mais simbólico é o chapéu de palha, bordado com grandes fitas coloridas, que além de proteger do calor, também agrega cor e alegria à festa (...) (Silva, 2019, p. 9).



Imagem 1: Escadinha da Praça Pedro Teixeira, ao lado da Estação das Docas (Cidade Velha).

Fonte: Cláudio Pinheiro. Jornal O Liberal.



Imagem 2: Chapéu de palha bordado com fitas de cetim coloridas.

Fonte: Jader Paes. Agência Pará (arquivo).

O trajeto leva cerca de 40 minutos, durante os quais músicas da banda Arraial do Pavulagem são coreografadas. Lima & Gomberg (2012) descrevem o cortejo da seguinte forma:

Num carro de som que vai à frente, um animador vai contextualizando os elementos presentes naquele universo. Na sequência, alas de brincantes que se organizam espontaneamente em ordem de chegada: os cavalinhos e boizinhos que as crianças assumem; os estandartes dos santos empunhados geralmente pelas senhoras mais velhas do grupo, os brincantes, os músicos, os bois — Pavulagem, Malhadinho, Urube e outros convidados (quase sempre os tradicionais dos bairros de Belém), os pernas-de-pau (que desempenham o papel de harmonia do conjunto) os simpatizantes que assistem e, ao final, seguem o cortejo. Uma vez na Praça, todos se organizam no centro, em volta do palco em que a banda realiza um show, e, cada vez mais, a população canta em coro, acompanhando as músicas. No último domingo de junho, o mastro é derrubado, encerrando a quadra festiva (Lima & Gomberg, 2012, 55–56).

Arrastão do Círio: Ocorre no segundo sábado do mês de outubro, fazendo parte das programações do Círio de Nazaré, em um trajeto de 1,6 km. Apresenta elementos característicos do Círio de Nazaré, a exemplo dos brinquedos de miriti. Inicia na Escadinha do Cais do Porto, ao lado da Estação das Docas, logo após à chegada do Círio Fluvial, seguem para a Praça do Carmo.

Cordão do Peixe-boi: É um cortejo realizado no último domingo de março. Com referências aos cordões de bichos, grupos culturais que faziam apresentações nas ruas durante o carnaval, o Cordão do Peixe-Boi é formado por crianças, jovens, adultos e idosos. De acordo com Conceição & Rocha (2017):

Além dos brincantes, o cordão é formado por instrumentistas de todas as idades, observamos crianças que levarão a cultura do Cordão adiante, para as futuras gerações, malabares, pernas de pau que encantam e bailam nas alturas ao som do carimbó. É um espetáculo visual, cultural e folclórico, em que percebemos a interação de vários atores sociais com o imaginário amazônico, consolidando o elo entre homem e natureza (Conceição & Rocha, 2017, p. 96).

Cordão do Galo: Ocorre junto à Festividade do Glorioso São Sebastião, em Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó-PA. O nome homenageia o padre Giovanni Gallo, idealizador do Museu do Marajó. Criado em 2008, foi idealizado pela Irmandade de Devotos de São Sebastião durante atividades de reconhecimento da Festividade realizadas pelo IPHAN em 2004. Tem como foco o trabalho com crianças e adolescentes habitantes do município, que participam da concepção do cortejo e de oficinas preparatórias de canto popular, perna de pau, dança e percussão (G1 Pará, 2023).

O Instituto Arraial do Pavulagem coordena o Cordão junto às instituições: Irmandade dos Devotos de São Sebastião, Prefeitura Municipal, Associação Musical João Viana (AMJOV), Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), Museu do Marajó e Governo do Pará. Em 2003, o evento foi patrocinado pela Equatorial Pará, por meio da Lei de Incentivo à Cultura — Semear.

A relação destacada pelos habitantes do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal entende o Arraial do Pavulagem pelo lazer e o trabalho. Muitos integram as equipes dos cortejos, colaboram com a produção e o desenvolvimento prático, atentam para a preservação das atividades que valorizam a presença dos habitantes e as referências locais. A participação da comunidade nos eventos do Arraial do Pavulagem também se dá por meio da comercialização de comidas e bebidas, contribuindo para a permanência de visitantes. Há ainda o fortalecimento do sentimento de pertencimento, pois a participação e o apoio ao Arraial do Pavulagem fortalecem as conexões comunitárias e as tradições culturais.

Auto do Círio



Movimentação próxima ao palco na Praça do Carmo. **Fonte:** Elivaldo Pamplona / O Liberal, 2019.

Criado em 1993, pelo professor Marco Ximenes e pela professora Zélia Amador de Deus, então reitor e vice-reitora da UFPA, respectivamente, em conjunto da diretora do Núcleo de Arte da UFPA (atual Instituto de Ciências da Arte), Margareth Refkalefsky (Bittencourt, 2018). “O objetivo era revitalizar o centro histórico de Belém por ocasião do Círio, proporcionando aos artistas o exercício do teatro de rua. Saindo tradicionalmente na sexta-feira que antecede o Círio” (Azevedo, 2017 *apud* Bittencourt, 2018, p. 21). Entre os anos 1993 e 1995, as montagens e oficinas de Teatro foram dirigidas pelo teatrólogo Amir Haddad; de 1996 a 2008 o projeto foi coordenado e dirigido pelo professor Miguel Santa Brígida, que adicionou ao cortejo elementos da cultura popular associados à estética carnavalesca.

Em 2004, o evento foi reconhecido pelo IPHAN como bem imaterial associado ao Círio de Nazaré. Em 2009, Hudson Andrade realizou a direção cênica do evento. No ano de 2010, o professor Francisco Edilberto Moreira (Beto Benone) assumiu a direção e coordenação, com colaboração da professora Cláudia Suely dos Anjos Palheta, quando o Auto do Círio passou a integrar grupos quadrilheiros, pássaros juninos, carimbós, bumbás e carnavalescos. Em 2014, a direção cênica foi assumida pelo professor Adriano Furtado e coordenada pela professora Cláudia Palheta. Já em 2015, o professor Tarik Coelho ocupa a coordenação geral do projeto e a direção cênica passa a ser realizada pelo professor Jorge Torres. O ano de 2016 foi marcado pelo aniversário de 400 anos da fundação de Belém, quando o evento teve como tema “Belém de Nazaré, 400 anos de Fé”. Em 2017, a direção foi assumida por Cláudio Didimano.



Legenda: De cima para baixo, da esquerda para direita: **1.** Crianças trajadas com cabeças de papel (alegoria sobre os bichos amazônicos) compondo o cortejo; **2.** Participantes do evento ensaiando na Praça do Carmo no dia do Auto do Círio, em 2023; **3.** Show no anfiteatro da Praça do Carmo; **4.** Criança portando uma cabeça de papel de jacaré, observa-se à Igreja do Carmo ao fundo.

Fonte: Rodrigo Pinheiro. Ag. Pará, 2023.

No que tange o contexto cultural no qual se insere, “O Auto do Círio é compreendido como uma das grandes homenagens dos artistas à Virgem durante as festividades do Círio de Nazaré é um dos maiores eventos de Teatro de Rua do Brasil” (Bittencourt, 2018, p. 23).

Em relação aos habitantes da área inventariada, destaca-se a participação comunitária no elenco, equipe de produção e na plateia do cortejo e do show. Essa participação em várias frentes tem impacto na celebração das tradições culturais

ligadas à religiosidade do Círio e à ampliação deste como patrimônio cultural da região. Impacta também a esfera econômica positivamente, já que os moradores do entorno atuam como vendedores ambulantes oferecendo alimentos e bebidas estimulados pelos visitantes e turistas que frequentam a festividade. Outro impacto positivo é a cooperação entre agentes do Estado, a comunidade local e a Universidade Federal.

Circular



Programação do Circular no Mercado do Porto do Sal.

Fonte: Reprodução Circular, 2024.

Consiste numa rede de parceiros que desenvolvem atividades ligadas à arte, cultura e educação no Centro Histórico de Belém e no entorno. Criado em 2003, por iniciativa da sociedade civil, o Projeto Circular Campina Cidade Velha, iniciou com um pequeno grupo de agentes culturais independentes instalado no Centro Histórico, visando promover as relações de vizinhança impactadas por problemas de violência e ausência das políticas públicas. Atualmente, soma mais de 40 espaços, projetos e ações socioculturais em atuação nesse recorte.

Os objetivos específicos do projeto são: promover atividades culturais no CHB e nos espaços integrantes do projeto; atuar na divulgação em redes e mídias sociais de atividades culturais promovidas por grupos integrantes e parceiros do projeto; fomentar atividades educativas contínuas dos grupos parceiros; integrar entidades, coletivos e iniciativas ao poder público na intenção melhorar social e ambientalmente o Centro Histórico; e, a partir de iniciativas culturais, fomentar a economia criativa e solidária. As atividades ocorrem nos bairros Campina, Cidade Velha, Reduto e Batista Campos.

O Circular atua na articulação e promoção de práticas relacionadas ao desenvolvimento cultural de Belém, enfatizando as relações comunitárias, na intenção

de estabelecer uma rede cultural entre as iniciativas que prezam pela preservação do patrimônio cultural e seus sujeitos. A equipe é composta por: coordenação, produção executiva, comunicação e assessoria de Imprensa, designer gráfico, desenvolvedor de software, fotógrafos, coordenação do Fórum Circular, Conselho Consultivo Circular e suplentes. Essa equipe é responsável por gerenciar as ações desenvolvidas pelos parceiros e mediar diálogos entre as instituições.

O Projeto conta com o apoio institucional da Polícia Militar do Estado do Pará; do Instituto Fórum Landi; do Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia do Turismo da UFPA; do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional; da Secretaria de Cultura do Estado; da Imprensa Oficial do Estado. Entre os patrocinadores diretos então: Banco da Amazônia, Programa Casa Cidades, Associação Amigos de Belém, Lei de Incentivo à Cultura e Ministério da Cidadania, além da Rede de Comunicação Cultura como co-patrocínio.

Em 2018, recebeu o prêmio Rodrigo de Melo Franco Andrade, do IPHAN, em reconhecimento aos seus serviços em defesa do patrimônio cultural de natureza material e imaterial.

Festa de Aparelhagem



Aparelhagem Crocodilo.
Fonte: Magalhães, 2017.

São festas cujo símbolo principal são as aparelhagens, estruturas metálicas eletrônicas com potentes alto-falantes, iluminação personalizada para festas e equipamentos audiovisuais (como painéis de LED), sob o comando geral de um DJ por meio de sofisticados equipamentos de mixagem que tocavam o gênero musical

brega. “As aparelhagens são conjuntos personalizados com a estética particular de cada artista, que recebem até mesmo implementos mecânicos para aumentar a performatividade durante as festas” (Araújo et al., 2022, p. 370). Os DJs são responsáveis por comandar a festa, os efeitos visuais, musicais e o “relacionamento com os frequentadores”.

Esse tipo de festa surge, em Belém, com o nome de “sonoros”, entre as décadas 1940 e 1950, num contexto cultural da periferia e de sujeitos inseridos no circuito informal da economia, refletindo nos materiais de baixo custo usados na estrutura física das aparelhagens e na popularidade entre as formas de lazer. Desde o surgimento, eram vinculadas às festas grupos com denominações próprias organizados de acordo com suas comunidades e/ou bairros, especialmente aquelas onde os DJs exerciam um conjunto de funções, sendo divulgação, organização e execução das festas (Araújo et al., 2022) — esta vinculação permanece até hoje.

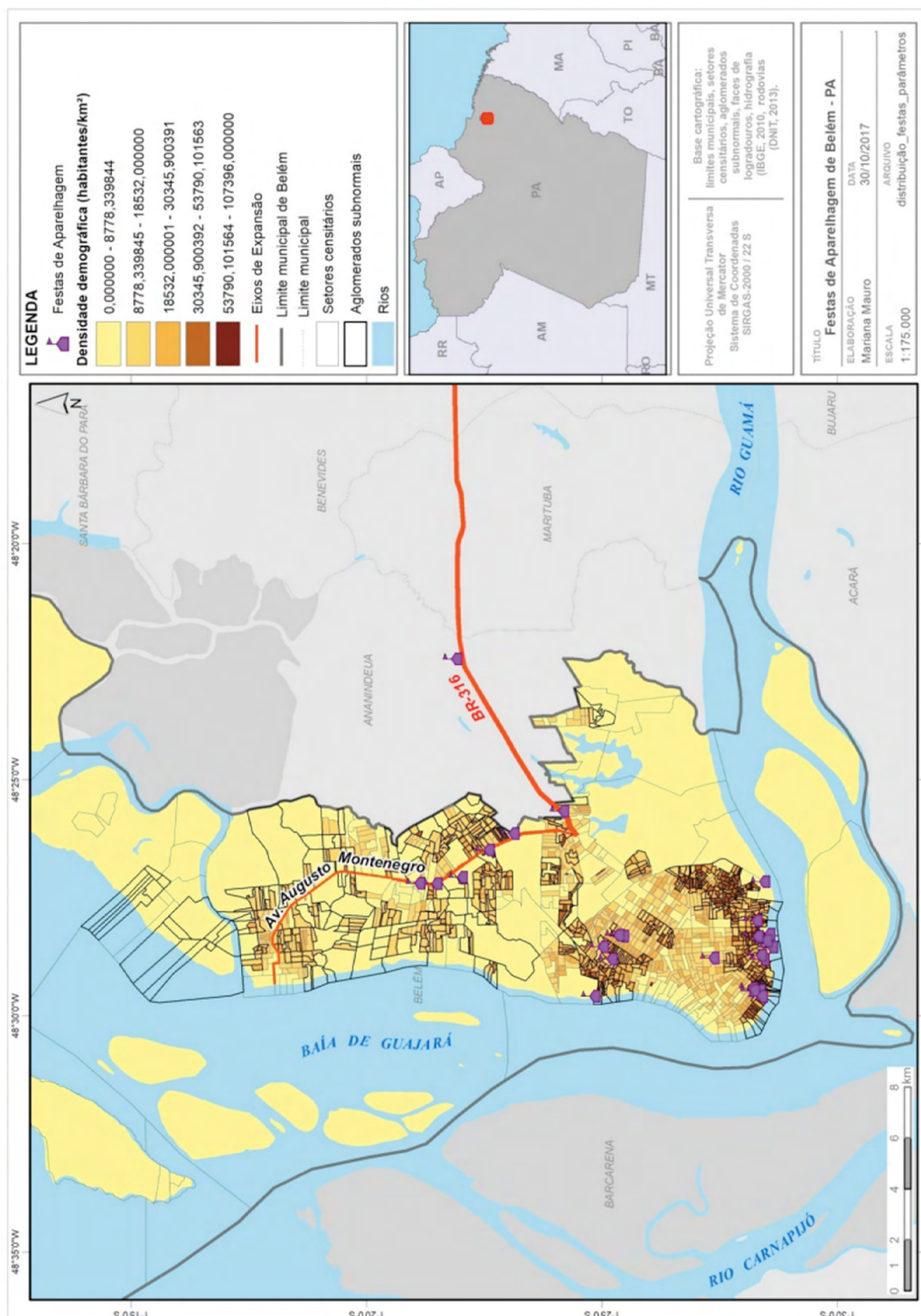
Em 1950, surgiram os bailes nas periferias, onde os sonoros eram a principal atração. A partir de 1970, os sonoros passaram a ser aparelhagens, já que os sistemas de som tiveram que ser simplificados, pois as aparelhagens costumavam percorrer diferentes cidades tocando nos chamados “bregões” ou em sedes sociais. “Os moradores das áreas mais pobres da cidade passaram a frequentar tais festas durante os fins de semana, fazendo do brega um dos ritmos mais populares nessas áreas a partir da década de 1980” (Magalhães, 2017, p. 55).

Magalhães (2017) destaca na cartografia acima a relação entre densidade populacional e a presença das festas de aparelhagem, indicando que a localização periférica apresenta como forma de expressão cultural, também, as festas de aparelhagem — não à toa foi identificada na área de estudo deste inventário. As aparelhagens foram importantes para a popularização e evolução do brega no Pará, principalmente porque desde o início da década de 1990, a indústria fonográfica entrou em crise devido à popularização da internet, pirataria física e virtual e o desenvolvimento de novas tecnologias. No começo dos anos 2000, surge o tecnobrega, uma versão eletrônica do brega paraense, que destacava o ritmo dançante e os efeitos sonoros e visuais usando remixes e manipulação de sons, além das influências do funk carioca e do sertanejo. Do ponto de vista estético e musical, o tecnobrega ganhou expressividade nacional ao incorporar suas características próprias na forma de produção, distribuição e consumo de música no Brasil (Magalhães, 2017).

Dado o reconhecimento cultural que ganharam nas periferias e adjacências, as festas de aparelhagem atingiram diversos nichos sociais, principalmente com os ritmos brega e tecnobrega, tornando-se patrimônio cultural. Araújo (2022) afirma que as festas ganharam espaço no cenário de lazer em Belém:

Inventário participativo

Como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal - Belém/PA



Mapa síntese da relação entre as festas de aparelhagem e as áreas de maior concentração de favelas e comunidades urbanas e de maior densidade populacional.

Fonte: Magalhães, 2017, p. 50.

(...) contornos socioculturais de consideráveis proporções, indo além das definições técnicas, configurando-se como o principal instrumento de execução e divulgação da música brega e tecnobrega no contexto paraense e também como expressão que ajuda a definir os contornos musicais brasileiros para o resto do mundo (Araújo, 2022, p. 373–374).

As festas de aparelhagem são espaços de lazer comumente frequentados pelos habitantes do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal. Relaciona-se a permanência deste tipo de celebração à identidade e pertencimento com os espaços nos quais as festas ocorrem, tornando-o familiar e íntimo — característica que permite aos frequentadores desenvolver experiências sociais e pessoais com o lugar, bem como aprofundar as relações culturais.

Relacionado à divisão de classes sociais, destaca-se a mudança de perfil socioeconômico do público: “Às aparelhagens paraenses foram do interior para a capital e colocaram em si os holofotes de eventos onde antes havia uma invisibilização” (Araújo, 2022, p. 383). Os eventos realizados em ambientes financeiramente empobrecidos ganharam aderência em diferentes classes sociais em virtude da ascensão dos DJs como figuras representativas, respeitadas, com capacidade de mobilização e livre circulação em diversos meios artísticos (Araújo, 2022).

Este quadro geral sobre as festas de aparelhagem compreende o contexto no qual os habitantes da área do inventário participativo elaboram sobre esta celebração como parte de suas referências culturais, estabelecendo significância entre as festas e a produção cultural, econômica e social das periferias de Belém.

Festas Anuais no Mercado do Porto do Sal



Dinâmica com as crianças, Páscoa do Mercado do Porto do Sal.
Fonte: Raquel, 2023.

Ao longo dos anos, nas datas festivas presentes no calendário, tais como: páscoa, quadra junina, dia das crianças e natal, a permissionária do Mercado do Porto do Sal, Raquel Rodrigues Ataíde, mobiliza os trabalhadores, bem como os moradores do entorno do mercado, para realizarem atividades culturais direcionadas, especialmente, às crianças. As ações vão desde brincadeiras com entrega de brindes, até a coleta e entrega de alimentos na forma de cestas básicas às famílias das crianças. A forma de arrecadação de fundos se dá, principalmente, por meio de rifas que Raquel coordena e de doações mobilizadas pela Casa Ogum Beira-Mar e Mamãe Oxum, na figura da “mãe Jeise”, do terreiro localizado atrás do mercado, próximo ao edifício Colares.

Páscoa do Porto do Sal

Quando chegam as comemorações relacionadas à páscoa, geralmente no mês de abril, Raquel e parceria começam a preparação para o dia da páscoa do Mercado do Porto do Sal. Criam dinâmicas, buscam as doações dos brindes e dos ovos de páscoa para as crianças. Uma vez adquiridos, promovem um dia de lazer no mercado, como se vê na imagem principal desta ficha. Todas as crianças recebem ovos de páscoa, participam de brincadeiras elaboradas pela comunidade e ainda usufruem de lanche oferecido pela organização. Não é um dia somente de lazer, mas de estreitamento de laços, de interação e de coletividade.

São João Mercado do Porto do Sal

A festa do São João do Mercado do Porto do Sal acontece durante o mês de junho e segue a mesma sistemática de organização da páscoa. Raquel mobiliza as(os) permissionária(o)s e a comunidade para contribuírem na organização e preparação das comidas, das atrações, dos brindes e das danças realizadas no próprio mercado.

Natal Sem Fome do Mercado do Porto do Sal

No Natal, embora a organização também siga o mesmo ritual da Páscoa e do São João do Mercado do Porto do Sal, as comemorações ganham maior proporção e projeção. Raquel mobiliza os locais, mãe Jeise também contribui com as comidas e as doações tanto com os locais, quanto com a comunidade externa e contam, ainda, com a mobilização da “Bancada das Mulheres Amazônídas” que possuem mandato na Câmara Municipal de Belém. Em 2023, por exemplo, elas mobilizaram uma campanha de arrecadação de alimentos direcionada à comunidade do Mercado do Porto do Sal, como podemos ver na rede social do mandato: <https://www.instagram.com/p/C09uWTMOe64/>. Além dos alimentos para as famílias da comunidade, as crianças

recebem presentes de natal. É uma verdadeira festa da solidariedade que congrega os moradores das comunidades do Beco do Carmo, os trabalhadores e trabalhadoras do Mercado do Porto do Sal e os visitantes.

Mastreação



Preparativos para a Mastreação.

Fonte: Projeto Mastarel, 2016.

A mastreação consiste no ato de erguer o mastro sobre o Mercado, iluminando o lugar com sua estrutura, repleta de elementos próprios das embarcações ribeirinhas da Amazônia. Esse gesto é o objetivo principal do projeto Mastarel. É a materialização simbólica dos acontecimentos que há anos movimentam a comunidade do Porto do Sal, em parceria com Elaine Arruda e Mestre João Aires.

Criado em 2016, durante uma residência artística de Elaine Arruda, com colaboração de João Aires, no Porto Vasconcelos, localizado na Cidade Velha. De acordo com Elaine Arruda:

“A motivação inicial do projeto foi visibilizar a região do Porto do Sal como uma região de potência, com toda uma cultura, que a cidade muitas vezes desconhece. Então, na época, surgiram ideias, propostas de reformar o mercado, numa perspectiva de ‘gentrificação’ na comunidade” (Sagres, 2023).

Para o projeto, “O mastro ativa a memória dos moradores do porto, que contam histórias sobre os lugares de onde vieram. Ele é um símbolo amazônico (...). Trata-se de um saber repassado na relação de mestre e assistente, trocas de geração e literatura oral” (p. 41). Na edição de 2023, o projeto Mastarel foi realizado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura Rouanet — Lei Rouanet, com patrocínio master do Instituto Cultural Vale e realização do Ministério da Cultura, Apneia Cultural e Tijuquaquara Produtora Cultural.

Mercado do Choro



Mercado do Choro tocando no Mercado do Porto do Sal.

Fonte: Sergio Malcher, 2019.

Criado em 2013 por músicos interessados no gênero musical choro, o grupo realiza mensalmente encontros em praças e mercados a fim de valorizar o patrimônio histórico da cidade de Belém, cuja formação oficial é: Tiago Amaral (clarinete), Carla Cabral (cavaquinho), Diego Santos (violão 7 cordas) e Gabriel Ventura (percussão).

A ideia principal é difundir as rodas de choro em ambientes urbanos, propondo ao público contato com o gênero pela perspectiva local. Em 2016, recebeu o prêmio

SEIVA da Fundação Cultural do Pará, a partir do qual criou o primeiro álbum do coletivo e o clipe musical “Mercado de São Brás”. “No álbum — lançado pelo selo NA MUSIC — além das músicas todas compostas pelos seus integrantes, existem trechos da paisagem sonora das ruas, contextualizando o local de composição de cada música” (FARTURA, 2021). Dentre os locais destacados no álbum, estão: Porto do Sal, Feira do Açaí e Mercado do Jurunas.

Nos encontros, a atividade de composição é estimulada pela perspectiva estética e sonora experienciada pelos músicos na cidade. Em parceria com projetos que também objetivam promover a preservação do patrimônio cultural, a banda realiza atividades com o projeto Circular Campina-Cidade Velha e o Coletivo Aparelho, ambos desenvolvidos no centro histórico de Belém.

Em 2018, a convite do Festival Internacional de Choro de Paris, o Mercado do Choro produziu uma turnê na Europa, percorrendo as cidades de Amsterdam na Holanda e Lyon na França. Participou do XXXI Festival Internacional de Música do Pará como artista convidado do evento. Ainda no mesmo ano, participou da exposição “Porto do Sal, uma experiência estética e política”, da artista visual Elaine Arruda, na qual partituras, fotos e outros materiais do grupo foram expostos no Centro Cultural São Paulo — CCSP.

Em 2019, participou da Virada Cultural de São Paulo, no Palco Choro, do Festival Sonido, música instrumental e experimental. De dezembro de 2019 a janeiro de 2020, participou da exposição “Mastarel, rotas imaginárias”, de Elaine Arruda e Mestre João Aires, na galeria do Banco da Amazônia, em Belém.

Em 2020, foi lançado o álbum “Passeio público”, que reuniu 11 composições inéditas descritas como “um retrato de saudade e história dos encontros já realizados pela cidade, como forma de acalantar o processo de isolamento vivido mundialmente, com a pandemia” (Fartura, 2021). No mesmo ano, aprovaram o projeto cultural “O mercado do choro roda a cidade”, pelo edital de cultura do Banco da Amazônia. O objetivo principal era produzir rodas de choro, entretanto, por conta da pandemia de Covid-19, foram transmitidas lives do bairro da Cidade Velha, com participação do historiador Michel Pinho. Também foram produzidos os clipes “Box 8” e “Aparelho”.

Em 2021, o Mercado do Choro lançou o curta musical “Passeio Público”, gravado nos bairros Matinha, Campina, Terra Firme e Canudos, em Belém, dirigido por Iomama Rocha e aprovado na Lei Aldir Blanc. Em 2023, foi ganhador do Prêmio Amazônia de Música, na categoria Melhor Projeto Audiovisual.

Seresta do Carmo



Seresta do Carmo realizada no ano de 1997.

Fonte: Sergio Malcher, 2019.

A Seresta do Carmo é uma das manifestações culturais que acontecia na Praça do Carmo, com início em 1983 na prefeitura de Almir Gabriel (1983–1985). Contou, ainda, com o apoio do governo do estado, na figura de Jader Barbalho. Neste período, a seresta teve grande repercussão na cidade e fez muito sucesso. A praça do Carmo ficava tomada por famílias tanto de moradores do bairro, quanto de outros bairros de Belém. A festa era realizada todo último sábado de cada mês. Havia apresentação de atrações locais, onde se fomentava a cultura e a economia local. Entretanto, o sucessor de Almir Gabriel, Coutinho Jorge, não deu continuidade à festa e mais adiante, em 1993, o prefeito Hélio Gueiros promoveu uma reforma na praça que culminou na retirada dos coretos do centro da praça, com o intuito de se construir um anfiteatro. Além da exposição do sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, ambos presentes na paisagem da praça até os dias atuais. A reforma foi muito contestada pela população e até mesmo pelo professor e escritor Benedito Nunes.

Em 1996, Edmilson Rodrigues foi eleito prefeito de Belém e recebeu da Associação de Moradores da Cidade Velha, a proposta para retomada da seresta. A professora Dr.^a Edilza Fontes era a presidente da Fundação Cultural do Município de Belém — FUMBEL e conduziu a discussão a respeito.

A seresta retornou obedecendo, desta vez, uma agenda de preservação do patrimônio histórico e cultural, por meio de oficinas promovidas pela FUMBEL junto às associações de moradores, especialmente do bairro da Cidade Velha. A parceria se deu da seguinte forma: as associações se responsabilizaram pelas barracas e a prefeitura era a responsável pelo pagamento das estruturas de som e dos músicos. A seresta voltou, mas não durou muito tempo, em decorrência de problemas estruturais que acabaram por repelir a população ao invés de atrair.

As primeiras Serestas foram um sucesso, mas o modelo se esgotou. Este tipo de evento se esgota pelo número de pessoas que vão à praça, e assim o evento perde o objetivo de enraizamento no Bairro, no momento em que grande parte da cidade vai ao evento e a praça não tem sustentabilidade para receber o público. Tivemos problemas de estacionamento, o aumento de roubos e assaltos, o número de banheiros químicos nunca era suficiente, a iluminação pública não foi refeita, o policiamento não era feito corretamente, o entorno da praça não tinha número de bares e restaurantes que atendessem todo o público. Partimos assim para o segundo momento do evento que seria fazer um circuito cultural em vários bairros de Belém. Realizamos na Praça do Conjunto Mendara, em uma Praça do Jurunas e outra na Cremação. O problema maior continuava o da segurança, pois não tínhamos a parceria do governo do Estado (Fontes, 2009, np.).

Atualmente a festa da Seresta do Carmo não acontece mais. No entanto, percebe-se uma comoção por parte da população local tanto pela questão histórica e afetiva envolvida, quanto em relação ao desejo de que a festa volte a acontecer na praça (Araújo, 2016). Como relatou o morador da Malvinas (Beco do Carmo) Alex Damião:

É, Diego, para começar, quando eu me entendo o que eu vim para cá para Cidade Velha, tínhamos algumas coisas muito legais: tínhamos o carnaval, tínhamos algum entretenimento aí como a Seresta do Carmo, tínhamos o choro, o chorinho aí na praça do Carmo. E eu acho que isso aí é muito importante, culturalmente, que é para não deixar acabar essa essa parte de, tipo assim, musical que eu acho muito legal. Já teve teatro, tá?! Eu acho que é muito importante que volte a Seresta do Carmo por causa que apesar da parte cultural, temos a parte de trabalho. Temos muitos trabalhadores aí, é informal que dependem também de certa forma, dependem disso para tocar as suas vidas. Mas a Seresta do Carmo nos faz muita falta, sim. E eu gostaria muito que voltasse.

4.2. Saberes

Abrir Letras



Pintura decorativa amazônica de letras em embarcação.
Fonte: Projeto Letras Q Flutuam, 2025.

A técnica de Abrir Letras adorna e identifica as embarcações ribeirinhas com uma caligrafia típica, colorida e facilmente reconhecida pelos usuários do transporte fluvial, predominante na região das ilhas. No entanto, foi preciso o olhar de uma “outsider”, vinda de São Paulo, para reconhecer a relevância cultural dessa manifestação, até então invisibilizada pela academia: através do projeto “Letras Q Flutuam”, foi possível cartografar os detentores deste saber em diferentes territórios da Amazônia (Martins, 2017, p. 336-337).

Na página do projeto, no ABC do Abridor, diz-se que os pintores ribeirinhos do século passado desenvolveram o estilo próprio ao entrar em contato com a letra decorativa do século XIX — chamada de letra vitoriana —, adicionando seus “caqueados” particulares. Embora o estilo original vitoriano também apresente as serifas avantajadas e a simulação de tridimensionalidade, a letra decorativa amazônica se diferencia pela coloração e a divisão das letras em duas partes.

Atividade Comercial



Box da Marina, no Mercado do Porto do Sal.

Fonte: Dudu Lobato, 2023.

O Mercado do Porto do Sal, erguido durante a gestão de Magalhães Barata e do prefeito Gama Malcher, entre 1930 e 1935, é uma construção única em Belém. Projetado por Ricardo Schimandek, um engenheiro de origem alemã, o mercado possui uma estrutura feita de concreto armado, um material ainda pouco comum naquela época. Sua fachada apresenta características mouriscas, o que o diferencia dos demais mercados da cidade. Localizado na Cidade Velha, o mercado atende às necessidades da população local, oferecendo uma variedade de produtos como frutas, legumes, carnes, aves, produtos secos e molhados. Além disso, fornece suprimentos para as embarcações que atracam nos portos da região (Chaves e Gonçalves, 2013).

De certa forma, a atividade comercial desenvolvida, seja no Mercado do Sal pelos permissionários ou o comércio ambulante que emprega boa parte da população do Beco do Carmo, é a característica em comum dos habitantes da área. O ofício depende, portanto, da realização de eventos culturais que levam as pessoas às imediações do Carmo, na Cidade Velha de Belém: as serestas, o circular, o pavulagem, o mercado do choro, etc.

Atualmente, além das bebidas e lanches de rua oferecidos pelos vendedores

ambulantes, também são comercializados, no Mercado do Sal: peixe e carne, açaí, frutas, mas também serviços como de barbeiro, bares, lanchonetes, além de armarinho, assistência técnica em eletrônica, dentre outros. Por este motivo, é considerado como “porta” para a comunidade, onde se desenvolvem muitas das relações afetivas entre si e com os turistas (Costa, 2019).

Além disso, a Vila do Porto do Sal, situada entre o mercado e a beira do rio, em aglomerados de palafitas, é repleta de oficinas metalúrgicas que operam reparos e criam utensílios para embarcações, ou batedeiras de açaí. Esta tradição vem desde antes do ápice do comércio na região, até o fim da década de 60, onde se concentravam ali muitos empreendimentos comerciais e fábricas, como a Leal e o Estaleiro Bagé (Costa, 2019).

Apesar de sua importância histórica e funcional, o Mercado do Porto do Sal tem enfrentado desafios de deterioração devido à falta de investimento em infraestrutura na área. A falta de uma política eficaz de modernização tem prejudicado sua capacidade de atender adequadamente à comunidade local. No entanto, sua integração harmoniosa com a arquitetura histórica da cidade, em termos de escala e design, evidencia sua relevância como parte do patrimônio arquitetônico de Belém (Chaves e Gonçalves, 2013).

Com características arquitetônicas distintas e uma localização estratégica, o Mercado do Porto do Sal destaca-se como um ponto de referência na Cidade Velha, contribuindo para a vida econômica e cultural da região. Apesar dos desafios enfrentados, sua presença continua a ser significativa para os moradores locais e para a história da cidade de Belém. Dentre as relações desenvolvidas pelos habitantes do mercado, destaca-se a) o abastecimento de alimentos, estabelecendo conexão a atividade comercial e as necessidades básicas da comunidade; b) a manutenção de empregos e renda dos/as permissionários/as; c) a vida comunitária, pois o mercado estabelece um local de encontro, celebrações, convívio e intervenções que estreitam laços sociais; d) a preservação da memória local, por meio do contato cotidiano com culinária típica, tradições, festejos e valorização cultural das atividades desempenhadas no mercado.

Carpintaria Naval



O mestre carpinteiro João Aires.

Fonte: Débora Flor, 2016.

A carpintaria naval é uma atividade típica da cultura ribeirinha da Amazônia, visto as condições naturais favoráveis à circulação fluvial e à extração de madeira. O acúmulo técnico, reproduzido predominantemente por via oral, deu-se por gerações de nativos antes da colonização europeia, mas foi intensificado pelo contato entre as duas culturas de navegadores. Desse modo, surgem os primeiros estaleiros e oficinas na região, em uma economia de grande escala que envolvia “Armadores, carpinteiros, calafates, construtores de velame e cordoaria; agentes da navegação comercial, pesca, logística, operação portuária, reparação de barcos, produção de peças e afins” (Silva, 2021, p. 274).

A transmissão oral entre gerações do saber-fazer embarcações é abordada por Gualberto (2013) como uma “Cultura de Conversa” no estaleiro analisado por ele na cidade de Vigia-PA, onde o mestre repassa seus conhecimentos ao aprendiz de maneira informal. A origem deste tipo de barco remonta ao século XVIII na Amazônia e é denominado pelo autor de “mestiço”, por ser produto da fusão entre as técnicas de construção naval portuguesa e Tupi: o Padre Jesuíta João Daniel instruiu aos colonizadores e nativos a concepção de uma nova forma de construir embarcações “aos moldes europeus, ou seja, utilizando tábuas na confecção de um barco, em vez de utilizar o ‘modo antigo’, como assim o dizia, feito de tronco inteiriço” (Gualberto, 2013, p. 3)

No Mercado do Porto do Sal, em Belém, a carpintaria naval desempenha um papel fundamental no projeto “Mastarel”, ao representar um conhecimento tradicional e ancestral, sendo transmitido de geração em geração. Mestre João, um experiente carpinteiro naval, é o responsável pela construção do mastro que dá nome ao projeto. Sua experiência e habilidades em carpintaria naval são essenciais para a criação e instalação do Mastarel, que se torna um símbolo da cultura ribeirinha amazônica (Arruda, 2019, p. 21).

Além disso, a carpintaria naval é valorizada no projeto como uma forma de preservar e dar visibilidade a uma arte que está em risco de desaparecer. Mestre João expressa preocupação com a falta de aprendizes e a escassez de pessoas interessadas em aprender essa arte tradicional:

“É uma arte que pessoas como eu já tá ficando poucas né? O pessoal não está aprendendo mais a carpintaria naval, aí vai ficando difícil. A gente não tem mais aprendizes. Só tá hoje os veteranos. Está diminuindo e é um troço que lá na frente vai fazer falta.” (Arruda, 2019, p. 41)

Portanto, o projeto “Mastarel” destaca a importância de manter viva essa tradição e de reconhecer o valor do conhecimento transmitido pelos mestres carpinteiros navais.

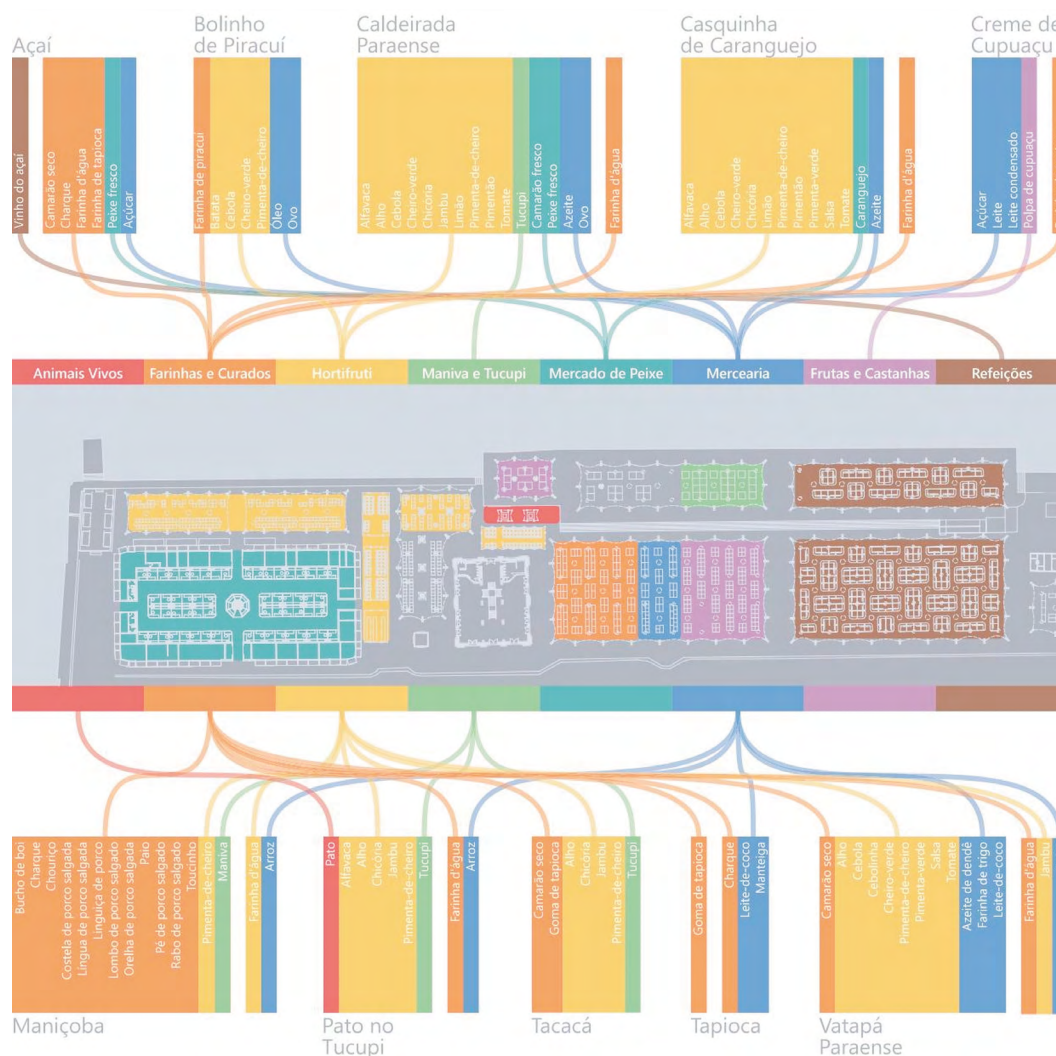
Culinária Típica Paraense



Pratos típicos do Pará.

Fonte: Marco Nascimento / Ag. Pará, 2023.

A culinária paraense associa-se à produção gastronômica do Norte do Brasil, especialmente dos estados do Pará e Amazonas. Em Belém, refere-se às comidas típicas encontradas no cotidiano e em eventos formais e informais. É influenciada pela cultura indígena e africana diaspórica que agregam ingredientes, modos de preparo, usos e costumes transformados ao longo do tempo (Guazzelli, 2023). Dentre os pratos considerados representativos da culinária paraense, estão: Maniçoba, Pato no Tucupi, Tacacá, Caruru, Arroz Paraense e sobremesas com frutas amazônicas, tais como açaí, cupuaçu, bacuri, pupunha, camapu, taperebá, etc. Os pratos apresentam ingredientes que se repetem, por exemplo: Pato no Tucupi, Tacacá e Arroz Paraense têm jambu, tucupi e pimenta-de-cheiro. O jambu é uma erva típica da região Norte, possui propriedades medicinais (como fortificante, anti-inflamatório, anestésico e estimulante). “O conhecimento tradicional do jambu afirma que ele é. Tem larga utilização nas receitas da culinária paraense e ocupa grande espaço no imaginário popular” (Guazzelli, 2023, p.330).



Cartografia sobre setores da Feira do Ver-o-Peso. Relaciona a comercialização, localização e abrangência na Feira do Ver-o-Peso com os insumos dos pratos típicos.

Fonte: Guazzelli, 2023.

Outro elemento representativo da culinária paraense é o açaí. Alimento essencial na cultura alimentar regional, é consumido cotidianamente pelas populações ribeirinhas, indígenas e periféricas. O processo produtivo do açaí inclui o plantio, distribuição, beneficiamento, manufatura das máquinas de beneficiamento, comercialização. Esse processo incorpora práticas artesanais e, atualmente, industriais. De acordo com Guazzelli (2023):

A produção do suco do açaí se dá por meio de um processo de trabalho que ainda hoje mantém certas características artesanais, as quais, ao longo do tempo, têm sido acompanhadas por mudanças na transformação do fruto em suco, adquirindo uma nova lógica de mercado e de trabalho, de modo a se distanciar cada vez mais de procedimentos artesanais, tornando-se um alimento industrializado, onde o fruto é “branqueado”, pasteurizado, embalado e exportado para outros países e Estados do Brasil (Guazzelli, 2023, p. 334–336).

A mandioca, por sua vez, está presente desde o cultivo milenar indígena, sendo considerada fundamental à segurança alimentar da região por conta dos vários tipos de preparo e pelos ingredientes extraídos a partir dela, como o tucupi (Guazzelli, 2023). A extração se dá com uso do tipiti, instrumento indígena comumente encontrado nos pontos comerciais de Belém, especialmente no Ver-o-Peso. Maniva, folha da mandioca triturada, é base da preparação da Maniçoba. Há também à tapioca, cuja farinha é feita a partir da fécula de mandioca.

A expressividade desses elementos é observada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que em 2024 os incluiu na cesta básica brasileira — respeitando as variedades regionais. Destaca-se a lista de frutas amazônicas sugeridas pela instituição: abiu, açaí, bacaba, bacuri, biribá, buriti, cacau, cupuaçu, graviola, guaraná, jambo e manga, murici, pupunha, taperebá, tucumã e umari. Os elementos da culinária amazônica estão presentes também em manifestações culturais ligadas à música produzida na região.

Palafitas



Comunidade do Beiradão, com bar do Bené em destaque, em palafitas.

Fonte: acervo próprio, 2023.

É uma tipologia de casa feita de madeira, apoiada em esteios e suspensa do solo sujeito a marés ou alagamentos. As palafitas fazem parte da paisagem da margem do rio, onde a pesquisa foi realizada juntamente com as pontes, também em madeira, que as ligam. As que são usadas para moradia possuem, em sua maioria, dois cômodos e medem, em média, 3 x 5 m. As de uso comercial variam bastante, sendo que a maior é a que abriga o Bar do Seu Bené que, segundo o proprietário, Senhor Benedito Silva Aragão, mede por volta de 4 x 50 m.

Durante entrevista, o Senhor João José Aires da Silva — Mestre João, conhecido mestre do ofício de construir palafitas, que também atua na carpintaria naval e produção de arte, nos informa que sua técnica construtiva implica no uso de ferramentas próprias e a confecção antecipada de esteios em madeira de aproximadamente 5 metros de comprimento e com terminação pontiaguda de 50 centímetros. Esses esteios, sustentáculos das palafitas, são confeccionados em madeira que guarda resistência à água, como, por exemplo, angelim, maçaranduba, ipê e cumaru. São fixados no solo com a ajuda de cilindros nos quais são introduzidos e recebem batidas de um martelo com roldanas para alcançarem a profundidade suficiente para garantir a segurança da casa que sustentarão.

A determinação da distância entre o solo e o assoalho implica no conhecimento das marés, que depende da observação e pesquisa de quem constrói a palafita, uma vez que pode mudar ao longo dos anos. Motivo pelo qual se costuma respeitar uma margem de segurança para garantir que a água não alcance o piso da casa.

O assoalho assentado nos esteios, em geral, não é feito na mesma madeira. São usadas madeiras como sucupira, cupiúba e anani com o cuidado de secá-las para não diminuam de tamanho depois que a casa estiver pronta. As paredes são feitas com dois lados, um de fora e um de dentro da casa com tábuas de 14 cm de largura e macheadas, que se encaixam uma na outra. São sustentadas no assoalho e por anéis em madeira que envolvem toda a casa nas alturas das janelas, um abaixo e outro acima. As coberturas são feitas de “telha Brasilit”, sendo telhas onduladas de cimento com fio sintético. Houve um tempo em que as palafitas eram cobertas de palha, o que mudou por contingências do ambiente urbano e administração dos custos.

Uma palafita, ainda que feita com madeira menos resistente, tende a durar pelo menos 10 anos. Se for feita com materiais de alta qualidade pode durar até 50 anos, segundo Mestre João. Já o Sr. Bené nos diz que a média de duração de uma palafita é de 20 anos por requerer manutenção periódica e constante em sua estrutura, que é como se fosse reconstruída nesse tempo. Nos diz também que essas casas são impactadas pelas marés do rio e pelos resíduos sólidos, chamados por Seu Bené de “lixo”, que elas trazem.

O ofício de construção de palafitas não vem sendo passado, de forma regular, para novas gerações por desinteresse e também pela inviabilidade econômica de se manter um aprendiz. Embora haja interesse de profissionais como Mestre João.

As palafitas, no território inventariado, foram construídas em terreno de marinha e representam uma forma de resistência da população que se mantém morando no centro histórico, apesar dos processos de gentrificação observados na cidade. Os custos da moradia mostram-se viáveis aos grupos sociais e as facilidades decorrentes da proximidade dos serviços da cidade são fatores determinantes. Eduarda da Silva Valente, neta do Seu Bené, nos relatou benefícios de morar em uma palafita localizada na beira da Cidade Velha:

Porque aqui você tá perto do ver-o-peso, perto do shopping e tudo tudo tudo tudo na parte de serviço, né? Se quiser viajar tem também o porto aqui perto. Então, tudo mais, e quiser ir numa feira, a gente não tem vontade também de sair, né?

Finalizando, a palafita, como alternativa de tipologia de casa em comparação com a de alvenaria, tem a preferência dos participantes do inventário, tanto por seu conforto térmico quanto pelo que Seu Bené nos disse: “Eu vou lhe falar uma coisa aqui. Aqui nós aqui nessa área. É melhor de maneira, ela é assim tipo artesanal que já mexe com a Amazônia, né?”

Tecelagem de Rede de Pesca



Teceladores de redes de pesca no Bairro da Cidade Velha, em Belém.

Fonte: acervo próprio, 2025.

A pesca é uma atividade de subsistência chave para a cultura ribeirinha amazônica, influenciando muitas das manifestações e referências levantadas. Os instrumentos utilizados pelo pescador, como a rede de pesca, têm sido alvo de investigação desde a década de 40, sendo sistematizados por Nery (1995, p. 199–293) em publicação do Museu Goeldi, a partir da Zona Costeira Paraense.

Para o autor, o registro desta instrumentária é relevante por: (1) ressaltar a capacidade criativa do artesão, que normalmente é o próprio pescador, mesmo quando trabalha com fios industrializados (de náilon); e (2) reforçar a memória, como patrimônio cultural, desta atividade ameaçada pela abertura de estradas e destruição das matas de onde vêm os insumos, forçando o pescador a se inserir na economia de mercado (Nery, 1995, p. 201–202).

Nesse sentido, ressalta-se que as “malhadeiras”, feitas por “entralhamento”, com “boias e chumbadas”, eram tradicionalmente feitas a partir de matérias-primas locais, como diferentes tipos de cipós (como o titica), talas de palmeira e varas de mangueiro, mas são cada vez mais substituídos por panos de malhas sintéticas de fio polietileno, adquiridos em Belém (Nery, 1995, p. 202).

No Mercado do Porto do Sal e em seus arredores, sobretudo na orla do Centro Histórico de Belém, é possível observar inúmeros comércios que atendem a atividade pesqueira, bem como resquícios de atividades tradicionais como a tecelagem da rede de pesca. Assim como outrora, “resgatá-lo e divulgá-lo é tarefa que se torna útil (...) para o resgate das formas tradicionais de produção na área da pesca que servirá como contribuição à memória regional (...)” (Nery, 1995, p. 203).

A relação da produção de redes com os habitantes do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal se dá, sobretudo, pela característica ribeirinha da área. Expressa a tradição cultural da pesca enquanto atividade fundamental do trânsito entre as ilhas e a porção continental da cidade, bem como habilidade transmitida por gerações que representa parte da identidade cultural. As redes de pesca também são importantes para o fortalecimento econômico daqueles que desempenham esta atividade como fonte de renda, para interação com os recursos naturais locais, e para o entendimento dos hábitos característicos de regiões ribeirinhas circunscritas no urbano.

4.3 Formas de Expressão

Brincadeiras no Oratório do Carmo



Recreação no Oratório do Carmo.

Fonte: Moradores locais, 2024.

As brincadeiras no Oratório do Carmo, denominação sugerida durante as oficinas do inventário, é um momento de oração e de lazer e promovido no espaço do antigo Colégio Salesiano do Carmo — que funcionou por cerca de 90 anos ao lado da Igreja do Carmo, a poucos metros do beco do Carmo. Entre os anos 1990 e 2000, aos sábados pela manhã, os padres do Colégio do Carmo disponibilizavam tradicionalmente os

espaços de lazer (como quadra de esportes e pátio) para crianças e adolescentes da comunidade, habitantes do entorno e pessoas interessadas nas atividades como parte do serviço social da igreja católica, propondo brincadeiras, jogos e alimentação.

Este momento foi chamado de Oratório e integrou a agenda “Carisma” da ordem Salesiana dedicada à educação da juventude, tendo Dom Bosco como fundador. O Oratório é uma metodologia de evangelização característica dos salesianos, também chamado de “oratório festivo”.

Desde 2020, o colégio Salesiano encerrou suas atividades, implementando no local uma casa de retiros comandada pela comunidade católica Semente do Verbo. Porém, segundo os relatos, esse momento de brincadeiras do oratório continua funcionando aos sábados e todas às quintas-feiras, com intuito de congregar pela fé católica e contribuir para ampliação do direito ao lazer com brincadeiras, a exemplos de futebol, vôlei, pula-corda.

Nesse contexto, moradores/as do Beco do Carmo exercem íntima relação com as atividades do Oratório, em especial com as brincadeiras. O espaço do antigo colégio do Carmo apareceu como uma referência de lugar relacionada ao Oratório, tornando as brincadeiras importantes para o cotidiano do Centro Histórico de Belém no que diz respeito aos sujeitos praticantes.

Além de crianças e jovens, as brincadeiras do Oratório prestam assistência às suas cuidadoras, em geral, mães e avós. Segundo as entrevistas, têm poucas opções próximas de lazer para suas crianças, visto que as praças como a própria Praça do Carmo e a Praça da Sé (Praça Frei Caetano Brandão) não dispõe do perfil de espaço público de lazer que considera crianças e jovens. As escolas municipais mais próximas, que poderiam ser um ponto de apoio, também ficam distantes do Beco.

Quadrilha Junina



Apresentações de Quadrilhas Juninas em Belém.

Fonte: SEMCULT, 2024.

No conjunto de práticas culturais consideradas pelos moradores e trabalhadores do bairro da Cidade Velha, no Centro Histórico de Belém, a quadrilha junina é considerada um fenômeno que revela as importantes práticas sociais desses sujeitos antes e durante o mês de junho — mês que marca a festividade dedicada a João Batista, o São João. Estevam (2019) considera:

As quadrilhas juninas em Belém do Pará mobilizam um grande número de pessoas nas mais diversas atividades como: os figurinistas que elaboram os desenhos dos trajes a partir das pesquisas feitas conforme o tema que a quadrilha junina irá apresentar; as costureiras que produzem cerca de quarenta trajes juninos por quadrilha; os coreógrafos que elaboram as coreografias tanto dos grupos como das misses, entre outros profissionais informais, essa mobilização não se restringe ao calendário de festejos juninos, pois os ensaios estão começando cada vez mais cedo, em alguns casos nos meses de novembro e dezembro [...]”.

A quadrilha é uma dança de origem europeia que veio para o Brasil junto a seus colonizadores (Estevam, 2019). Nesse sentido, a consolidação do catolicismo na cidade de Belém, assim como em outras cidades do país, também significou a espacialidade de práticas culturais herdadas do período de imposição da fé no território.

4.4 Lugares

Bar do Seu Bené



Bar do Seu Bené, na Comunidade do Beiradão.

Fonte: acervo próprio, 2023.

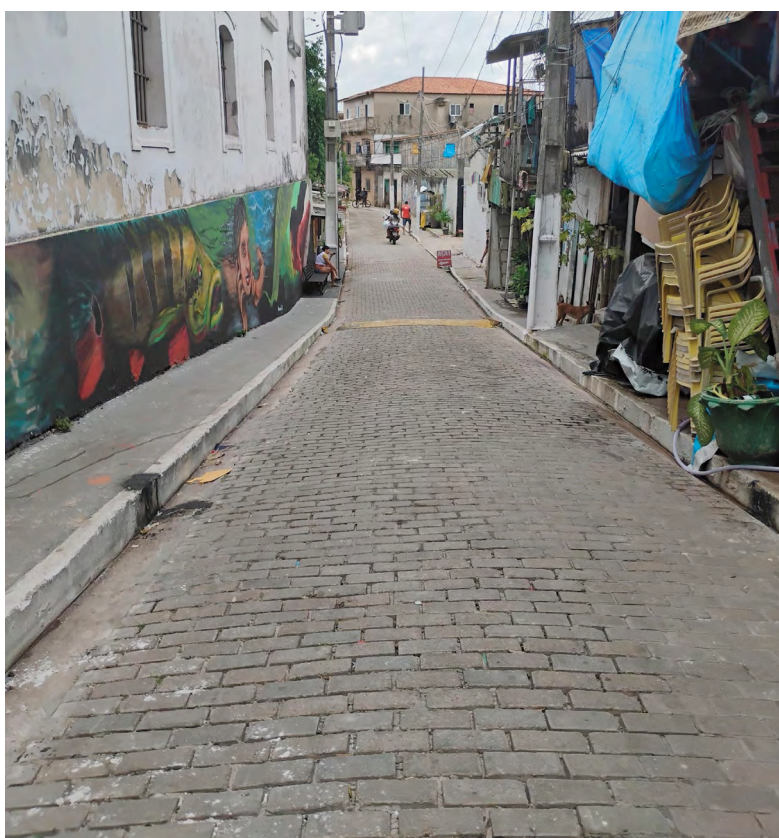
O Bar do Seu Bené é um espaço onde a atividade realizada pela família está relacionada ao comércio. Seu Bené é natural do município de Tucuruí, no sudeste do Pará, e reside no bairro da Cidade Velha há mais de 40 anos. Hoje, a relação com o lugar vai além do cotidiano relacionada à atividade comercial, já que o local tem seus diferentes usos, tais como moradia particular, trabalho e atividades de pesquisa. Possui características que fortalecem a figura tanto do Seu Bené, como pessoa representativa da área, quanto do bar, referência no bairro. Sua trajetória é resumida a partir das seguintes palavras: “*Pra começar isso aqui, tive que ralar muito. Ralei mesmo, e... Sempre vendendo comida, né! Comidas, bebidas, e... pra chegar a esse ponto que a gente tá, né... E eu me sinto bem com isso. Conheço muita gente aqui. Sou bom vizinho*”.

Em relação à aparição das primeiras residências, sabe-se que as primeiras construções próximas ao antigo caminho estreito, compreendido como Beco do Carmo, aconteceram após a construção do Mercado do Porto do Sal (Valente, 1993). No entanto, tal afirmação ainda deve ser analisada para verificar a existência das moradias nas palafitas. Hoje, Seu Bené partilha a sua residência com esposa e filha. Mas sua moradia nunca teve a mesma estrutura, já que, por se tratar de uma residência construída em palafitas, sempre foi necessário a adição de novas madeiras para compor as que se desgastavam. Durante esse processo, o espaço foi ganhando novos moldes, possuindo, então, a configuração atual. Para ele, o local onde vive é fruto de grandes dificuldades, por marcarem uma longa história de sobrevivência.

Durante a entrevista realizada, Bené fortalece a sua identidade com o bairro e pontua que a localização de sua residência consegue suprir necessidades comuns do dia-a-dia. Em um dos momentos, ele cita o Mercado do Ver-o-Peso e o próprio Comércio como referência. Para ele, “A Cidade Velha é praticamente o coração de Belém”. Além desses pontos, Bené ainda cita a COP 30 a ser realizada em Belém em 2025: “Belém tá com tudo *pra* ter dinheiro, né? Essa COP 30 vai dar dinheiro *pra* muita gente. Os ‘grandão’ vão pegar dinheiro aí *pra* caramba, aí. Metade investe, metade mete no bolso. Eu já peguei um pedacinho dela já também. Essa pintura aqui já foi feita, mais ou menos, *pra* isso.”

A pintura citada é a que foi realizada nas partes da frente do bar, executadas por um autor peruano, avaliada em 30 mil reais. Essa pintura foi fruto de um sorteio, onde o Bar do Seu Bené foi beneficiado. No bar, são realizadas atividades importantes de cunho científico, como as oficinas para a identificação das referências culturais para os moradores e trabalhadores da área, além de ser também um exercício de educação patrimonial através do Inventário Participativo.

Beco do Carmo



Ladeira do Beco do Carmo.
Fonte: acervo próprio, 2025.

Após a chegada dos colonos em Belém, houve a criação do forte militar português, em 1616, para garantir a proteção de possíveis invasores na terra onde os portugueses viriam a se firmar. Após esse momento, foi aberta a primeira rua de Belém, denominada como Rua do Norte, onde o caminho é direcionado até a Igreja do Carmo, quando chega ao seu fim. Situado às margens do rio, o Beco do Carmo é um dos caminhos importantes que conectam realidades marcantes do bairro da Cidade Velha. Próximo ao término dessa primeira rua, cujo nome atualmente é Siqueira Mendes, o beco tem o seu início, estando ao lado da Igreja do Carmo e terminando na Rua São Boaventura, às proximidades do Mercado do Porto do Sal.

O caminho que hoje é compreendido como Beco do Carmo tratava-se de uma parte da Rua São Boaventura, que antes começava no término da então Rua do Norte. Com o passar dos anos, as pessoas começaram a chamar essa parte de Beco do Carmo, nome que perdura até os dias atuais (Valente, 1993).

Na parte onde está situado o Largo do Carmo, vários combates foram realizados durante o período conflituoso que envolvia os cabanos e as tropas dos coronéis José Narciso e Manoel Pinto Gomes. Para Valente (1993), esse nome só foi concebido após a demolição da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, na década de mil novecentos e dez.

O beco garante o acesso à passagem Porto Beiradão, onde a construção de casas em palafitas foi realizada. Essa parte fortalece outras perspectivas relacionadas ao lugar e as dinâmicas existentes na cidade. Apesar dos desafios de quem vive nessas moradias, a presença de figuras importantes para a comunidade é acentuada, como o Seu Bené, trabalhador que vive em uma das residências construídas sob as palafitas.

Intermédio de pessoas que frequentemente precisam se deslocar pelo bairro, o beco é o caminho que expressa uma maior vivência para os trabalhadores e moradores do beco, como Manuel Tavares. Com as palavras do próprio, é pontuado: “Eu moro descendo a ladeira, no prédio de três andares. Eu ando todo dia, né! [...] Eu acho de boa, até”. Assim como em outros momentos, principalmente durante as entrevistas realizadas, é verificado haver tranquilidade, transmitido através das boas vivências que as pessoas têm com as outras. No entanto, o beco nem sempre possuiu essa característica, já que, durante anos, os conflitos relacionados à criminalidade aconteciam com frequência.

Forte do Castelo



Forte do Castelo.

Fonte: Belém Ontem e Hoje, 2024.

O Forte do Castelo consiste em uma fortificação militar portuguesa criada em 1616 em homenagem à Francisco Caldeira Castelo Branco. Localizado na confluência do rio Guamá com a Baía de Guarajá, foi tombado pelo IPHAN em 1962 e se tornou um ponto turístico da cidade de Belém do Pará. A primeira construção era de madeira e coberta de palha. Em 1622, foi reconstruído com forma quadrada, tornando a construção mais sólida em taipa de pilão. Desde a primeira reforma, em 1632, a edificação e o entorno passaram por várias obras em 1712, 1721, 1759, 1773. Em 1832 foi desativado por estar em ruínas.

A década de 1980 marca a retirada dos muros parcialmente deteriorados a fim de garantir a estabilidade da edificação. Em 1983, a SPHAN/proMemória, por meio da primeira Diretoria Regional, promoveu obras de conservação e restauração no Forte do Castelo, dentre outros monumentos. Atualmente, a edificação integra o Conjunto Arquitetônico e paisagístico Feliz Lusitânia, originado a partir das estratégias de requalificação urbana do Centro Histórico de Belém. Sedia o Museu do Forte do Castelo de São Jorge, cujo acervo dispõe de objetos indígenas, cerâmica marajoara, antigas peças de artilharia e munição.

O Forte do Castelo tem ligação com a cultura e a identidade local por ser considerado um dos símbolos representativos do processo de colonização e expansão da cidade. Habitantes da área do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal evidenciam uma relação de lazer com o Forte do Castelo, expressos nas visitas ao museu, contemplação da paisagem e referência de ponto de encontro. A relação também é marcada pelo distanciamento das políticas públicas de planejamento para esta área e adjacências

em relação ao investimento realizado no Complexo do Feliz Lusitânia, provocando tanto a precarização das relações com o espaço e com o patrimônio cultural.

O monumento do Forte do Castelo pode ser considerado um marco importante para os moradores do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal, por representar significativa importância histórica, interesse cultural e turístico, conflitos entre Estado e a população invisibilizada. Ademais, contribui para a formação da identidade cultural local.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fachada da Igreja do Carmo.
Fonte: acervo próprio, 2024.

Em 1626 iniciou a construção da Igreja do Carmo, com a chegada dos Carmelitas ao Pará. Antes da igreja, havia no local uma fazenda chamada Santa Tereza de Monte Alegre, doada por Bento Manuel Parente aos Carmelitas para construir a igreja. No século XVIII, a igreja foi restaurada por Antônio Landi, arquiteto italiano influente nas obras ligadas ao Clero, Estado e entes privados em Belém. Da construção preexistente,

Antônio Landi preservou as obras de arte, os retábulos do altar principal e um altar de prata e pedrarias. A igreja apresenta fachada em estilo neoclássico e características barrocas internamente. Durante a Cabanagem, a igreja foi usada pelas tropas imperiais como posto defensivo. Foi local de combate entre as tropas e os cabanos, tendo intervenção do bispo Dom Romualdo de Souza Coelho.

Em fevereiro de 2013, foram iniciadas obras de restauração na igreja. O projeto apresentado pelo IPHAN em 2012, foi orçado em cerca de R\$ 4,2 milhões. A realização da obra deveu-se a uma parceria entre a Arquidiocese de Belém e a Vale, com apoio do IPHAN, sendo financiada por recursos próprios e por meio da Lei de Incentivo à Cultura. A igreja foi reaberta em março de 2015. Atualmente a Igreja do Carmo possui relação comunitária em seu entorno, graças à sua presença na comunidade através da realização de atividades festivas e religiosas.

No relato do mestre de carpintaria naval João Aires, percebe-se esta relação igreja-comunidade: “nossa relação com a igreja do Carmo a gente frequenta a igreja do Carmo, temos uma amizade boa com o padre lá, com os padres sempre teve um relacionamento bom. Se eles precisam de um apoio sempre auxiliamos eles [...] temos a missa, a reunião da comunidade *pra* procurar sabe assim um problema de saúde ou alguma coisa que eles possam fazer pela comunidade eles reúnem no Bené então sempre que pode eles trazem e participa a comunidade e nos convocados”

Dona Arlete, em entrevista, relaciona à área do Mercado do Porto do Sal com a igreja: “eu vou de vez enquanto quando tem a missa, inclusive já peguei sopa ali [...] toda quarta-feira às 18h tão dando sopa lá [...]. Faz um tempão que não vou lá porque pensei assim essa sopa e *pros* necessitados [...] tem uma relação forte com a comunidade, inclusive muitos casais aqui são da pastoral.” Com os relatos são evidenciados a relação de apoio da igreja com seu entorno além de sua tradição católica histórica.

A Praça do Carmo conserva relações próximas à igreja, mas destaca-se à praça como a) ponto de encontro destinado à socialização; b) local de eventos comunitários, como feiras, festivais, apresentações artísticas e celebrações; e c) local de lazer, prática de caminhadas, brincadeiras juvenis, ensaio de apresentações locais; d) símbolo cultural da comunidade.

Igreja da Sé



Igreja da Sé.

Fonte: acervo próprio, 2024.

Construída entre os anos de 1748 e 1782, a Igreja da Sé é uma das mais antigas igrejas de Belém. Relaciona-se ao contexto histórico que envolve a chegada dos colonizadores portugueses no primeiro bairro da capital paraense, a qual denominamos de Cidade Velha. No entanto, essa não é a única característica da Catedral Metropolitana, já que sua estrutura está voltada para o rio, considerada uma posição estratégica que fortalece a dominação dos membros religiosos que, juntos aos portugueses, garantiram a proteção do território recentemente invadido.

Assim como outras igrejas, a Sé também possuiu mais de uma estrutura. A primeira capela foi erguida em 1616, ainda no antigo Forte do Presépio, atual Forte do Castelo. Em 1714, a capela tombou, já que o material utilizado para a sua construção era a taipa, considerada frágil. A partir disso, as atividades administrativas passaram para a Igreja de São João Batista, também situada no bairro da Cidade Velha, tornando-a Sé Episcopal. O arquiteto italiano Antônio Landi projetou várias partes do interior da catedral, como o guarda-vento, os retábulos das capelas, o órgão e o púlpito (Valente, 1993).

Em 2009, a igreja foi entregue após grandes reformas. A principal delas foi a cobertura e o interior, que passou por grandes restaurações. Hoje, a capela é tombada pelo IPHAN e pela Unesco, servindo como um espaço que vai além da devoção. Iudric Callender, frequentador da Sé, ressaltava a sua importância para os moradores, já que diversas atividades interativas são realizadas na igreja: “Eu acho bem bacana, eu acho bem legal [...] Às vezes, os meninos não ‘tenham’ nem tempo [...] Se descontraírem um pouco”.

Ilhas



Saída de um igarapé que corta a Ilha do Combu, com Belém ao fundo.

Fonte: Mariana Alvim, 2015.

Em Belém, 39 ilhas são ocupadas por comunidades ribeirinhas que fortalecem suas relações a partir de diferentes maneiras. Devido à proximidade do bairro da Cidade Velha com o rio, partindo da localidade onde estão os principais portos, como o Porto Brilhante, o Palmeiraço e o Beiradão, é verificado o forte contato entre os moradores do bairro com as ilhas.

Para os trabalhadores do Mercado do Porto do Sal, a vivência entre as duas realidades por meio do sistema fluvial já foi mais frequente. A queda no número de embarcações devido à construção da Alça Viária do Pará pôde desencadear a baixa adesão das embarcações como meio de transporte, já que os usuários acabaram optando pelo transporte rodoviário.

Ao falar sobre as embarcações, Dona Arlete, trabalhadora no mercado, afirma: “[...] Agora são poucas, né? Antes era muita [...] Tinham muitas embarcações de carga e passageiros. Hoje em dia são bem poucas, mas já teve muita [...] Caiu por causa da Alça Viária. A Alça Viária tirou um pouco [...] Devido o fluxo ser menor, muitos desistiram de continuar com os barcos, sabe... Porque diminuiu a frequência”.

Nos finais de semana, a circulação de pessoas devido à chegada de passageiros pelas embarcações fazia com que o fluxo no mercado fosse mais intenso. Mestre João Aires, carpinteiro naval e trabalhador no Mercado do Porto do Sal, também reafirma a ocorrência desse processo: [...] A gente não tem ‘ainda’ uma embarcação *pra* gente ter comunicação com as ilhas [...] A ilha que a gente tem contato é Cotijuba, Paquetá [...] A gente tá sem transporte próprio *pra* tá nesse contato. Mas assim que a gente tiver, a gente vai ter que... a gente vai querer conhecer todas, sabe [...] todas as ilhas que tem por aqui *pra* gente saber como é que chega lá, quem mora. *Pra* ouvir o pessoal, sabe. Ouvir a necessidade deles [...].

Apesar disso, a chegada dos moradores das ilhas até o bairro ainda acontece devido, principalmente, ao processo de produção da polpa do açaí. Mas essa articulação também envolve outras necessidades, como a compra de alimentos na capital.

Mercado do Porto do Sal



Parte frontal do Mercado do Porto do Sal.

Fonte: acervo próprio, 2023.

O Porto do Sal, na Cidade Velha, localizado às margens do rio Guamá, foi um importante ponto de comercialização de especiarias amazônicas. Em 1933 criou-se o Mercado do Porto do Sal, para servir como central de abastecimento e escoamento de produção vinda da região das ilhas. O porto recebeu esse nome, pois se desembarcava no local o sal que abastecia a Amazônia e que vinha de possessões inglesas transportado

por caravelas. Ainda na década de 1930, o então Capitão Magalhães Barata determinou que um Mercado e Feira padrão fossem construídos no Porto do Sal, pois ali só haviam duas construções, o porto de trapiche para atracação dos navios e uma saboaria, o resto era um grande aningal. Com o tempo, a área do porto sofreu a ação da ocupação desordenada de moradias e atualmente, poucas embarcações ainda atracam no local. Construído no governo de Magalhães Barata, o projeto é de Ricardo Schimandek, um engenheiro de ascendência alemã que se encontrava em Belém nas primeiras décadas do século XX. Possui estrutura de concreto armado, material ainda escasso na Belém da década de trinta. Sua fachada, de traços mouriscos, revela um caráter singular em relação aos demais mercados da cidade. Desde sua criação, o Mercado do Porto do Sal faz parte de uma rede comercial e hidroviária localizada entre a extensão do Beco do Carmo e a Rua São Boaventura, denominada de Porto do Sal. O Porto em si já não existe mais, haja vista que foi diluído durante as transformações sociais e políticas que interferiram neste espaço.

Segundo Kunz (2017), a região do Porto do Sal é constituída “de uma cultura que mistura tanto aspectos ribeirinhos, aqueles típicos de um ambiente situado nas proximidades dos rios, como também de um grande centro urbano” (Kunz, 2017, p. 23). A artista visual Elaine Arruda, em colaboração com o mestre em carpintaria naval João Aires, realizou a primeira intervenção no Mercado do Sal em 2016, através da Bolsa de Pesquisa e Experimentação Artística do então IAP (Instituto de Artes do Pará).

No mercado atualmente ocorre a mastreação, que consiste em uma instalação naval sobre o telhado do Mercado: um mastro de barco com características típicas das embarcações amazônicas, em território urbano, ribeirinho e em pleno centro histórico da cidade. Também existe uma biblioteca literária no seu interior que marca um lugar de coletividade e afetividade entre as comunidades próximas (Costa, P. 2019) que, segundo Dona Arlete, é uma referência cultural do mercado: “agora elas (Pamela e Débora, responsáveis pela biblioteca) estão sem tempo, mas ela já foi muito utilizada, as crianças se reuniam ali na frente ficavam lendo tinham aula de reforço *pra* comunidade”. Pamela e Débora são responsáveis por executar as tarefas da biblioteca do mercado junto a comunidade que atualmente se encontra em baixa utilização por falta de apoio externo ao projeto.



Biblioteca do Mercado do Sal.
Fonte: acervo próprio, 2024.

Praça do Carmo



Praça do Carmo, com o anfiteatro no seu centro.
Fonte: acervo próprio, 2024.

A Praça do Carmo possui significativa função social para o seu bairro, sobretudo aos usos que possibilita. Pode-se concluir que a praça passou, desde seu surgimento no século XVII, por uma evolução não somente morfológica, mas também de funções e apropriações do espaço. O Largo do Carmo nasceu como adro da igreja, primeiramente para a Igreja do Carmo, da qual origina seu nome, e posteriormente, também para a Igreja do Rosário dos Homens Brancos (demolida na década de 1930). Transformando-se de terreno baldio e alagado para uma configuração de praça de estar e após eventos, percebendo-se o uso do espaço público conforme a necessidade e ideologias de cada época. É a partir do século XX que se observa na cidade o maior uso dos espaços públicos, originados pelos esforços da intendência de Antônio Lemos em transformar adros, como o Largo do Carmo, em “jardins públicos”, forçando uma mudança do comportamento social da população aos moldes europeus, onde o jardim público aristocrata era o lugar salubre, de distração e lazer (Leão, 2011).

Assim, a inserção do lugar na vida dos moradores também foi influenciada pela forma e elementos que a compunham. Com relatos desde o início do século XX, data correspondente ao início de seu ajardinamento, a Praça do Carmo possui a característica função de praça de bairro, a praça onde as crianças brincam e os moradores passam o tempo ocioso. Na década de 1990, com a última reforma e talvez a mais marcante que recebe, observa-se a inserção de novos elementos, a supressão de outros e as alterações na forma na praça. Atualmente os principais usos da praça são definidos por três funções principais: praça de bairro, praça de eventos, e praça museológica.

A função de praça de evento vem se concentrando no espaço desde a década de 1980, sendo consolidada com a inserção do anfiteatro. Como sua proposta previa, este serve de palco para diversos eventos já fixos no calendário da cidade, entre eles: carnavais (serve de concentração para blocos), Arrastão da Pavulagem, Cordão do Peixe-boi, Auto do Círio, etc. Além dos eventos de maior porte, nos finais de semana é comum observar o aumento do número de pessoas no local à procura de casas de shows e bares localizados no seu entorno.

Contudo, atualmente o cenário da Praça do Carmo se encontra em esquecimento por parte da gestão municipal, onde segundo relato de seu Bené, morador do Beco do Carmo e dono do famoso bar que carrega seu nome, diz: “a Praça do Carmo merece muito carinho infelizmente está abandonada [...] tenho fé que um dia ela será reformada [...] falta guardas municipais na praça sabe isso afastou as pessoas dela, muito perigoso.” Nesse relato, é visto dois problemas centrais no momento atual da praça, segundo seu Bené, a falta de reforma estrutural do local e carência de segurança pública.

Praça Frei Caetano Brandão



Praça Frei Caetano Brandão.
Fonte: IPHAN, 2024.

Localizada no bairro da Cidade Velha, às proximidades das principais construções que fortalecem a origem do bairro, como o Forte do Presépio, a Casa das Onze Janelas, o atual Museu de Arte Sacra e a Igreja da Sé, a praça Frei Caetano Brandão é um dos mais antigos espaços que marcam, através da toponímia, a figura católica na região, isso porque o seu nome referir-se a Dom Frei Caetano da Anunciação Brandão, o sexto bispo do Pará, entre os anos de 1783 e 1789. Para conhecer tal homenagem, torna-se necessário pontuar uma característica que explicita a atuação de Brandão através, principalmente, de sua comoção com os mais necessitados (Valente, 1993).

Inicialmente, a praça foi denominada como Largo da Matriz, por situar-se no mesmo local onde havia sido construída a igreja matriz dedicada a Nossa Senhora da Graça. Após, seu nome mudou para Largo da Sé, representando a relação com as dinâmicas impostas pela então Igreja da Sé. Além disso, chegou a se chamar de Praça das Armas, devido à proximidade com o Forte do Presépio. A escultura de Brandão, localizada no centro da praça, foi realizada pelo artista italiano Domenico de Angelis, composta por alumínio e bronze. No entanto, foi finalizada por Enrico Quattrini, em 1889, já que Domenico havia falecido antes de concluir a obra.

A praça integra o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, originado a partir das estratégias de requalificação urbana do Centro Histórico de Belém. Sua relação com os moradores da área do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal se dá principalmente como ponto de encontro e de trabalho, expressos pela comercialização informal de produtos alimentícios, serviços do setor terciário, atividades recreativas e eventos culturais.

A praça se apresenta como um espaço de lazer para as pessoas, justamente por estar situada em uma área rica em aspectos históricos e paisagísticos, próximo ao Forte do Presépio e a Baía do Guajará. Mestre João, trabalhador no Mercado do Porto do Sal, pontua que costuma visitar a praça quando anoitece. “[...] Sempre a noite [...] Então, às vezes a gente *tá* com trabalho aqui em casa ou aqui no mercado (do Porto do Sal) e, quando termina, sempre convida um, convida outro e a gente frequenta a Praça da Sé [...] A comunidade tem essa relação com a praça [...] Nós temos também moradores daqui que também vendem alimentos lá *pra* gente [...]”, pontua o carpinteiro naval que frequentemente está no bairro. Essa sociabilidade favorece a praça no sentido de criar relações que não necessariamente são individuais, mas coletivas, construídas a partir dos próprios moradores e trabalhadores. Não obstante, isso também pode ser verificado quando Dona Arlete, trabalhadora no Mercado do Porto do Sal, fala sobre a praça: “A gente fica apreciando o movimento [...] Observar as pessoas *passar*, olhando a maré...”. Durante a conversa, ela ainda fortalece a sua preocupação com o espaço: “Só acho que a prefeitura tem que olhar um pouquinho *que* tá muito suja”.

4.5. Objetos

Embarcações



Portos no bairro da Cidade Velha em Belém.

Fonte: acervo próprio, 2024.

Em Belém do Pará, os barcos e demais tipos de embarcações remontam à época do final do século XIX e início do século XX, em que a cidade vivenciava um período de intensa transformação urbana, conhecida como a “Belle Époque”. Nesse contexto, as

embarcações desempenharam um papel crucial no transporte de pessoas, cargas e produtos para o comércio local, conectando diversos municípios de regiões ribeirinhas com a cidade, evidenciado atualmente com áreas portuárias em bairros históricos de Belém, como exemplo da Cidade Velha.

A presença de embarcações nas proximidades do Porto do Sal e do Beco do Carmo ainda é bastante evidente, refletindo a relação das comunidades, moradores e trabalhadores com o meio natural do rio Guamá. O rio, junto aos portos que compõem o território, revela a dinâmica cultural e econômica da população local. Sobre mais características acerca dos tipos de ofícios realizados com os barcos, a entrevista com Dona Arlete revela: “é mais passageiros, agora tem umas aí que encostam do Amapá [...] assim como vai, eles trazem. Aí tem também os pesqueiros, ali em Vasconcelos é só pesqueiro [...] existem os pescadores, os consertos de rede, a manutenção dos barcos, essas coisas de pintura (abertura de letras)”.

Mastarel



Mastarel instalado no telhado do Mercado do Porto do Sal.

Fonte: Débora Flor, 2016.

O objeto do mastarel refere-se ao mastro de barco instalado no telhado do Mercado do Sal, em Belém. Sua estrutura é referência à parte superior ao mastro que se

encontrava em embarcações à vela, cuja função era somente estética. Assim, por ser um tipo de enfeite remanescente de embarcações antigas, acabou por não ser mais utilizado na maioria dos mastros modernos. A construção do objeto se deu por meio do conhecimento sobre o mastro de embarcações atuais com a montagem do mastarel de embarcações antigas. A produção e instalação do mastarel no Mercado do Sal ocorreu em dezembro de 2016, através das ações de Elaine Arruda e do Mestre João Aires.

O mastarel contém diversos significados para a comunidade do Porto do Sal, representando os saberes e práticas tradicionais ribeirinhas que continuam presentes no território urbano do porto, sendo uma forma de representação de suas atividades como a tecelagem artesanal de redes de pesca e a construção naval em madeira. Conhecimento esse que envolve a calafetação, pintura, abertura de letras, produção de mastros, mastaréus, entre outros. Atualmente, o mastarel é visto como um símbolo de empoderamento local, carregando consigo o peso do tempo, da tradição e da história da comunidade local, que coloca em evidência a relação da população com o rio e demonstra uma ancestralidade amazônica, rica em conhecimentos tradicionais passados de geração em geração.

Como denota Elaine Arruda, o mastarel “aborda a potencialidade estética da construção escultórica ribeirinha, cabocla, e a localizada sobre um prédio histórico”, sendo uma intervenção na arquitetura do Mercado do Sal que traz uma visibilidade maior para o lugar e para a população, servindo como referência de cultura material e imaterial para a comunidade.

Tambores e Pandeiros



Saberes

Os objetos dos tambores e pandeiros são os instrumentos das quais são executadas as técnicas e saberes ligados à música e à dança, dentro da cidade de Belém sendo comumente utilizados em celebrações e manifestações culturais populares da cidade, como exemplo da roda de carimbó. No Mercado do Porto do Sal ocorrem ocupações e apresentações, geralmente em colaboração com o coletivo Aparelho e o Circular, do Grupo Pandeiro Livre, que consiste em um grupo que realiza eventos, ações e oficinas que envolvem o conhecimento do pandeiro brasileiro e de demais instrumentos de percussão popular em Belém do Pará.

O projeto do Pandeiro Livre teve seu início em 2018, idealizado e fundado pelo mestre e percussionista paraense Douglas Dias (Dodô), que descreve a ligação do grupo com o mercado e a comunidade do Porto do Sal: “O grupo Pandeiro Livre tem uma relação há muito tempo com o Mercado do Porto do Sal, onde realizamos oficinas de pandeiro e de vários outros instrumentos de percussão. Ter sido escolhidos pela comunidade para fazer parte desse momento de celebração é muito honroso e gratificante”. Ele se refere ao momento de celebração realizada para a inauguração das ruas São Boaventura e Beco do Carmo, que passaram por intervenções estruturais em 2024.

Por fim, percebe-se a relação e importância dos tambores e pandeiros que são os instrumentos musicais que executam as técnicas nas celebrações e atividades realizadas também no mercado, revelando o conhecimento, passando a cultura musical da Amazônia e também permanecendo na vivência dos moradores e das comunidades do Porto do Sal e do Beco do Carmo, visto que, segundo Benitez (2021): “O simples ‘ouvir’ de um determinado instrumento musical já pode nos remeter a um determinado lugar ou cultura, seja um bandoneón (tango argentino), um pandeiro (samba brasileiro) ou o tambor curimbó (Carimbó paraense)”.

4.6 Patrimônio Vivo

Dona Arlete



Dona Arlete.

Fonte: Projeto Mastarel, 2023.

Dona Arlete, trabalhadora no Mercado do Porto do Sal, considera o espaço como uma alternativa de potencializar a renda, seja pelo “Jogo do Bicho” ou pela venda de refeições. Moradora do bairro da Pedreira, em Belém, Arlete compõe o conjunto de trabalhadores há 40 anos e reforça o conhecimento que tanto os trabalhadores, quanto os moradores das proximidades têm com ela. “Nessas ruas ‘dali’ quase todo mundo me conhece [...] Eu passo muito por lá e a relação é bem chegada”. Essa relação, segundo Arlete, contribui para reforçar a importância do Mercado do Porto do Sal para além de sua função comercial, já que o espaço também é ponto de encontro entre famílias e amigos. Nesses 40 anos de trabalho no mercado, Arlete testemunhou a grande movimentação de carga e de passageiros no Mercado do Porto do Sal, mas considera a queda na frequência dessas relações a partir da criação da rodovia PA-483, também conhecida como Alça Viária.

Além disso, essas características são reforçadas pelos próprios projetos que acontecem no mercado, como a Páscoa das Crianças, o Projeto Circular, o Projeto Mastarel e a Biblioteca do Porto. Nesses projetos, Arlete destaca a sua participação e enfatiza a importância da movimentação que essas iniciativas — muita das vezes de forma voluntária — trazem ao mercado. Outros espaços também frequentados pela moradora do bairro da Pedreira são a própria Igreja da Sé, a Igreja de São João Batista e o Forte do Castelo, que também estão no bairro da Cidade Velha, no Centro Histórico de Belém. Arlete considera que transitar por essas áreas é sensibilizar o olhar e analisar as urgências que operam o Centro Histórico de Belém. Ao falar sobre a Praça da Sé, ela enfatiza: “Ontem eu tava sentada lá. A gente fica apreciando o movimento [...] eu só acho que a prefeitura tem que olhar um pouquinho. Tá muito suja”.

Dona Graça



Dona Graça.

Fonte: Projeto Mastarel, 2023.

Graça Serrão, de 65 anos, trabalha com vendas no Mercado do Porto do Sal há 25 anos. A sua prática é direcionada tanto aos moradores, quanto àqueles sujeitos que vêm nas embarcações para o mercado, por meio dos portos. Mas considera que a frequência de compradores é do bairro da Cidade Velha, no Centro Histórico de Belém. Essa frequência, por mais que não seja intensa como antigamente, ganhou uma outra dimensão, à medida que o espaço foi, no decorrer dos anos, diversificando os produtos que poderiam ser comprados. “Aqui na Cidade Velha, se você quiser comprar uma fruta, um tomate, uma batata, você vai no Ver-o-Peso, Líder, ou Estrada Nova [...] de ponto de venda sou só eu”. Antes moradora do bairro do Reduto, em Belém, Graça não tinha uma relação afetiva com o bairro da Cidade Velha, mas diz ter mudado. Essa mudança acompanhou a importância também das relações sociais expressas a partir da atividade de comércio no Mercado do Porto do Sal.

Entre as referências culturais de lugares importantes considerados por Dona Graça, estão espaços como as Igrejas, o Palacete Pinho e o Palmeiraço. No entanto, afirma que a definição de lugar está relacionada ao Mercado do Porto do Sal, justamente pelo espaço mediar as relações de sobrevivência da família. “Olha, da Cidade Velha, eu gosto de vários locais, mas eu gosto aqui do mercado, que é o meu trabalho. Eu gosto dele”. A importância do espaço também caminha para Graça considerar alguns pontos sobre o Centro Histórico de Belém. Sobre dizer se acha o Centro Histórico importante, a trabalhadora considera que o bairro é o que tem mais “ponto histórico” e que, portanto, a preservação da cidade de Belém deve caminhar para a preservação de espaços com a Praça da Sé, já que, segundo Graça, esses espaços também são frequentados por diversos grupos. Sobre o que é patrimônio, a trabalhadora cita tanto o Mercado do Porto do Sal, quanto as igrejas, a dizer: Igreja de Santo Alexandre, Igreja de São Joãozinho, Igreja do Carmo, Catedral da Sé, etc. E enfatiza que também é importante analisar os “mais antigos” como patrimônio vivo.

Elaine



Elaine Arruda, idealizadora do Projeto Mastarel.

Fonte: Projeto Mastarel, 2023.

Elaine Arruda é artista visual, pesquisadora e professora do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (FAV/UFPA). Nascida em Belém do Pará, com 39 anos, sua produção artística circula entre a gravura, instalação e projetos de arte pública. Atua no espaço do Porto do Sal desde o ano de 2009, sendo fundadora dos coletivos Atelier do Porto (Galeria de arte em Belém voltado para a produção e difusão da produção artística contemporânea do Estado do Pará) e Aparelho.

De início, Elaine conta que começou a frequentar o Porto do Sal e o próprio mercado devido a uma busca de ajuda para a produção e impressão de suas gravuras em metal, trabalho que ela estava desenvolvendo na época. Após isso, ela explica: “[...] foi aí que eu cheguei na metalúrgica Santa Terezinha, que fica quase na frente do mercado. E aí, lá com o Seu Chico, que era o dono da metalúrgica, que se tornou um grande amigo.

[...] Então eu comecei a construir uma rede de amizade com os trabalhadores do Porto, os operários que trabalhavam na metalúrgica e almoçavam no mercado. Aí eu comecei também a ir *pro* mercado já com esse suporte de pessoas que conhecem o lugar”.

Foi ao longo dessa vivência com o cotidiano do lugar que o interesse da Elaine em ocupar e realizar projetos no mercado começou a surgir. Também após realizar exposições na metalúrgica para as pessoas com que ela conviveu, como uma forma de retribuir e demonstrar esse afeto com o espaço do porto e com a comunidade.

Após esses processos, surge a ideia de “mastrear” o Mercado do Porto do Sal, que segundo Elaine: “seria uma forma de mostrar, *pra* visibilizar *pra* todo mundo, não somente para as pessoas da comunidade, mas *pra* quem não é de lá e olhava com esse olhar exotizado, esse olhar de que lá é um lugar de vulnerabilidade, de risco, de tráfico. O que eu não estou negando que também exista, mas acho que não é só isso”. Assim, após a aprovação do projeto no edital da Fundação Doutoral do Pará, iniciou-se no ano de 2016, com a parceria do Mestre João, o Mastarel.

Por fim, Elaine reconhece a visibilidade e o fortalecimento da cultura local que suas obras artísticas e projetos, como o Mastarel, trouxeram para o lugar, para a comunidade e também para o Mercado do Porto do Sal, concluindo: “Porque hoje eu vejo o Mastarel como um projeto de arte pública, ele é muito mais do que um site específico. Ele realmente é um agenciador de processos que acontecem ali, tanto que ele apareceu no inventário, na fala das pessoas. [...] E a circulação mesmo, o reconhecimento do território por toda a cidade, enfim, que passa a ver aquele lugar como um lugar de arte, um lugar de cultura, não um lugar de risco [...] inclusive agora eu vejo várias pessoas querendo fazer coisas no porto, o que eu acho ótimo. Super bem-vindo para a comunidade, acho que eles precisam sim de investimento, infraestrutura”.

Pâmela e Débora



Pâmela e Débora.

Fonte: Coletivo Aparelho, 2024.

Pâmela, de 36 anos, compõe o grupo do Coletivo Aparelho desde 2015. À época, ainda estudante do curso de Direito, foi convidada por Elaine Arruda para fazer parte do projeto, inicialmente para assessorar nas questões burocráticas envolvidas na ocupação de projetos como esse no Mercado do Porto do Sal, no bairro da Cidade Velha, em Belém. Essa relação contribuiu para o projeto ter um espaço reservado no mercado, oferecido pelo então coordenador. No primeiro momento, era destinado à guarda dos materiais usados nas oficinas do Coletivo Aparelho. Após debates entre os membros do coletivo para decidir a função do espaço reservado, é criada a Biblioteca do Porto e o espaço passa, então, a ter uma função educacional voltada à mediação de leitura com as crianças das proximidades.

Débora Oliveira, artista visual e mentora do Coletivo Aparelho, também atua no projeto desde a formação, com períodos de afastamento e aproximação. Também

a convite de Elaine Arruda, Débora inicia o contato com o Mercado do Porto do Sal a partir de projetos artísticos, como a grafiteagem. “[...] eu, como artista de rua e como educadora [...] sempre via a educação como uma fonte essencial *pra* gente”. Débora considera a participação no projeto importante, principalmente, como um exercício de transformação social. Nesse sentido, a Biblioteca do Porto é, também, uma criação que media as relações das aristas, dos trabalhadores e dos moradores daquele pedaço da Cidade Velha. Enfatizando a burocracia comentada por Pâmela, Débora considera o desafio no processo de aquisição do espaço, já que o uso seria voltado à criação da Biblioteca do Porto e, portanto, a legislação não permitiria. Diante desse desafio, as artistas viram a necessidade em criar um dossiê para comprovar a realização das atividades no Mercado do Porto do Sal. Após diversos processos, o espaço foi adquirido e regularizado.

A relação do Coletivo Aparelho com os outros sujeitos dessa porção da Cidade Velha também é expressa a partir da parceria com a Igreja do Carmo, com o Fórum Landi e com projetos como o Fotoativa e o Projeto Circular. Essa relação com outros espaços e sujeitos configuram a Biblioteca do Porto como, também, um espaço de resistência, já que o projeto tem como sua essência a educação popular através da arte. “É uma biblioteca que elas vão *pra* lá *pra* desenhar e *pra* pintar, *pra* jogar, *pra* conversar [...] a leitura média a relação com a arte”. Por essa forte relação com a arte e a educação, as “Meninas da Biblioteca” destacam que as atividades na Biblioteca têm contribuído para o descobrimento de novos artistas em ambientes em que historicamente a criação artística não era valorizada. Além disso, também é um local que agrega pessoas com diversidade de gênero e credo, garantindo, por exemplo, o acesso de pessoas LGBTQIA+ em uma área onde o cristianismo evangélico é fortemente presente.

Por fim, Pâmela e Débora, esclarecem que a relação com a área portuária estimula até mesmo o consumo de uma das principais comidas citadas durante a oficina de identificação de referências culturais. “[...] o açai... ele é indispensável, principalmente com o pirarucu da Arlete [...] o pirarucu da Arlete ele já é tradição”. Também apontaram que o Mestre João, carpinteiro naval, é de fato patrimônio vivo no Mercado do Porto do Sal, devido a sua articulação e contribuição com os projetos que envolvem não somente o mercado, mas também a comunidade.

Seu Bené



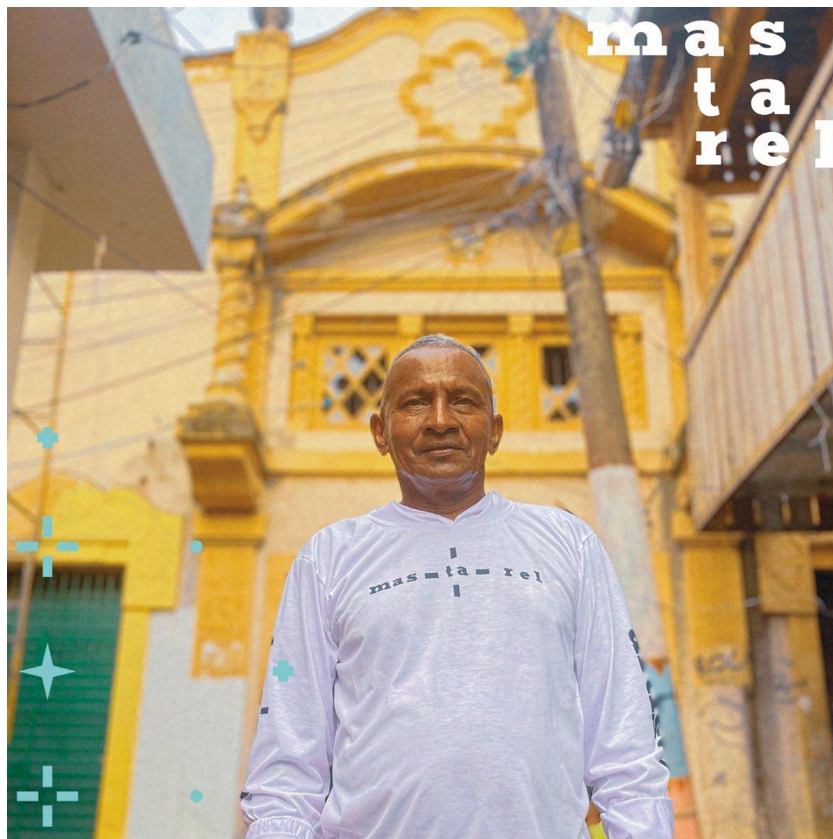
Seu Bené e sua família, moradores do Beiradão.
Fonte: acervo próprio, 2023.

Benedito Silva Aragão ou “Seu Bené”, como é mais conhecido nas comunidades do Beco do Carmo, é morador do porto Beiradão, no bairro da Cidade Velha. Bené nasceu no município de Tucuruí, no sudeste do Pará, assim como outros moradores e famílias das comunidades que são provenientes de municípios ribeirinhos como Abaetetuba e Igarapé-Miri, e que acabaram por ocupar uma parte da área da rua São Boaventura, construída para dar acesso ao rio e que hoje compreende-se como o Beco do Carmo. Atualmente, com 64 anos, ele vive junto de sua esposa e filhos gerenciando e sendo donos do “Bar do Seu Bené”, lugar de comércio conhecido dentre as pontes e moradias sobre palafitas que serve de referência para a comunidade por ser palco de diversas ações culturais, históricas, sociais e econômicas, não só para as pessoas próximas como para o bairro de Belém.

Como uma das pessoas que representam a área, Bené demonstra um grande reconhecimento nas comunidades ao longo do Beco do Carmo, sendo comumente citado pelas pessoas e vizinhos próximos, por ter sido um dos primeiros a contribuir na formação do lugar e também ser um dos mais antigos morador do local, servindo de referência principal quando se trata do conhecimento acerca da história vivida no espaço do Beco do Carmo. Acerca da união e amizade com as outras pessoas das comunidades, Bené cita: “de amizade né, quando uma pessoa precisa do outro, a gente vai com os que são mais chegados [...] que são veteranos daqui, a gente se ajunta e ajuda os outros que tão precisando mais do que a gente né [...] aí é assim, a gente ajuda o outro, aqui é uma comunidade muito pacífica sabe”.

Por fim, o Seu Bené reforça o afeto com o lugar em que mora, demonstrando que se sente bem com a sua vivência: “Eu amo morar aqui, e aqui minhas filhas, meus netos, tenho até tataraneto, e graças ao meu bom Deus eu vivo muito bem”.

Senhor João



João Aires, mestre em Carpintaria Naval.

Fonte: Projeto Mastarel, 2023.

João José Aires da Silva, mais conhecido e chamado apenas de “Seu João”, é mestre em Carpintaria Naval. Nascido na vila do Jenipapo em Santa Cruz do Arari, município da região da Ilha do Marajó, no Estado do Pará. Aos 3 anos, João se mudou para a capital de Belém junto de seu pai no ano de 1961, estabelecendo-se no bairro da Cidade Velha desde o ano de 1983, trabalhando a cerca de 30 anos na região portuária de Belém.

Seus saberes e conhecimentos acerca do ofício da marcenaria e carpintaria vem desde os seus 10 anos, passados principalmente por ensinamentos e vivências com o seu pai, que moravam em uma residência localizada aos fundos de uma oficina de marcenaria do seu tio, que contam na sua lembrança de quase 26 anos em que cresceu não só na idade como também nos cargos da oficina, como João descreve: “[...] o meu pai também trabalhava lá de carpinteiro e de Marceneiro. Eu aprendi lá,

foi eles. Eram uma família de Marceneiro e de carpinteiro também. Meus tios, meu pai [...] frequentava mais a oficina com ele e aí eu aprendi”.

Atualmente, como morador do Porto do Sal, “Seu João” é responsável pela construção e manutenção das embarcações do Porto Vasconcelos, Tamandaré, dentre outros trabalhos como autônomo, que desenvolve no campo do serviço da carpintaria naval em Belém e nas ilhas do seu entorno. Ainda sobre seus serviços, João elabora: “No conhecimento eu faço barco, eu conserto o barco. É claro que eu não vou fazer sozinho, né? Mas ali a gente tem que montar a equipe *pra* fazer o trabalho. [...] eu faço na marcenaria, eu faço guarda-roupa, eu faço porta, eu faço janela, eu faço armário. Tudo que tu pensar de móveis, a gente tendo equipado *pra* fazer o trabalho que faz”. Ademais, João encontra-se sendo o único mestre em carpintaria naval do local onde vive, entre as pessoas da sua comunidade e da região, um dos raros locais da capital paraense onde ainda se realiza a prática da construção de barcos com madeira, logo, percebe-se que o seu conhecimento tradicional e prática são considerados um patrimônio cultural e imaterial da região Norte do país, ainda presente e resistindo no meio urbano da cidade de Belém.

Em colaboração com a artista visual Elaine Arruda, o mestre João faz parte da realização do projeto Mastarel, que consiste em uma forma de arte “site-specific” com a presença de uma instalação naval sobre o telhado do Mercado do Porto do Sal, sendo esse objeto um mastro de barco com características típicas das embarcações amazônicas, apresentando-se em território urbano, ribeirinho e em pleno centro histórico da cidade de Belém. Ao passar dos anos, tanto o projeto quanto a obra em si se tornaram um grande símbolo que remete a memória e a vivência dos moradores e trabalhadores do lugar, representando a origem das pessoas, assim como sobre a história de ambos os artistas envolvidos nesse projeto.

5. Resultados da Devolutiva

A devolutiva do projeto foi realizada por meio do Seminário Regional, ocorrido no dia 16 de dezembro de 2023, no prédio do Fórum Landi, no Centro Histórico de Belém. O evento teve como objetivo central a socialização dos resultados preliminares do inventário, a validação das referências culturais mapeadas com os participantes das oficinas e confraternizar com a rede de parceiros construída ao longo das ações. A programação previu uma abertura institucional, seguida de roda de conversa para apresentar os resultados do projeto, destacando as 35 referências culturais identificadas e os sete sujeitos reconhecidos como “patrimônios vivos”. Após o intervalo, ocorreu uma segunda roda de conversa sobre patrimônio, intitulada “Experiências no Centro Histórico de Belém”, onde se construiu um espaço de troca entre pesquisadores, técnicos, gestores, permissionários, moradores e habitantes locais.

Esta devolutiva consiste numa etapa fundamental do processo metodológico para reafirmar o compromisso ético e político com a escuta ativa e o protagonismo das comunidades locais — essa postura reforça os princípios da educação patrimonial e da pesquisa participativa. Ao compartilhar os resultados com sujeitos e instituições parceiras, o projeto promoveu o reconhecimento das práticas culturais como expressões legítimas de cidadania e de formação do território, bem como fortaleceu as redes para a continuidade das ações de salvaguarda.

6. Considerações Finais

As investigações e reflexões desenvolvidas ao longo deste dossiê permitiram compreender que as áreas inventariadas são espaços de grande efervescência cultural e resistência de ocupação, já que os habitantes em sentido amplo são portadores de memórias coletivas ligadas a convivência de anos e décadas de vizinhança e trabalho, memórias que, embora estejam sujeitas a possíveis processos de invisibilidade e supressão, são parte das práticas espaciais que reforçam suas identidades e vínculos de pertencimento singulares com o espaço em que se encontram. Nesse sentido, na tentativa de tornar visíveis as referências culturais de comunidades onde a presença de políticas estatais de valorização do patrimônio cultural é, em grande medida, frágil ou mesmo inexistente, foram identificadas 35 referências culturais e 7 sujeitos reconhecidos como patrimônios vivos.

Com a aplicação da metodologia participativa, estruturada em sete fases, como reconhecimento da área, articulação de redes, oficinas formativas e de identificação, produção cartográfica e seminário de devolutivas, buscou-se o protagonismo comunitário na identificação de referências culturais. A aplicação da técnica da “Mandala de Referências Culturais” destacou os saberes, celebrações, lugares, objetos e formas de expressão, além de incluir mais uma categoria àquelas pensadas inicialmente pela metodologia base, a dos “patrimônios vivos”.

Assim, por meio de oficinas, rodas de conversa e mapeamentos colaborativos, foi possível identificar e sistematizar as referências culturais presentes na comunidade, como saberes, celebrações, lugares, objetos e formas de expressão que compõem a identidade do território. Essas ações realizadas contribuíram para o fortalecimento da memória coletiva e na valorização do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal.

No âmbito dos principais desdobramentos, o projeto resultou em algumas produções acadêmicas, cartográficas e outras atividades. Entre elas, destacam-se os relatórios PIBIC, como o “Inventário participativo e patrimônio no Centro Histórico de Belém do Pará: o caso da comunidade do Beco do Carmo no Bairro da Cidade Velha” (2023/2024) e “Inventário Participativo como instrumento para a Identificação do Patrimônio: análises sobre o mercado do Porto do Sal no bairro da Cidade Velha, em Belém” (2023/2024); trabalhos de conclusão de curso, como “Inventário participativo e patrimônio no Centro Histórico de Belém-Pará: o caso da comunidade do Beco do Carmo” (2024); e projetos de pesquisa de doutorado, como “Produção do Espaço Urbano e Patrimônio Biocultural no Centro Histórico de Belém: Participação Popular e Invisibilidades em Áreas Patrimonializadas” (em andamento). Essas produções aprofundaram temas relacionados aos territórios inventariados, contribuindo para ampliar as fontes e pesquisas disponíveis sobre a área.

A produção audiovisual foi uma das ferramentas de suporte da pesquisa. Desde as primeiras reuniões estratégicas do Núcleo Pará, incursões em campo, até a realização das oficinas no Beco do Carmo e no Mercado do Porto do Sal, o uso de registros fotográficos e videográficos teve papel importante tanto na sistematização das observações, quanto na comunicação dos resultados do projeto. Ao longo das atividades, foram produzidos aproximadamente 530 registros fotográficos e 20 registros videográficos, realizados com o consentimento livre e esclarecido dos habitantes locais e atores que frequentam aquele território.

A proposta de integrar a produção audiovisual às etapas da pesquisa surgiu como uma forma de registrar o processo e como um recurso metodológico ativo, capaz de capturar aspectos sensíveis no recorte territorial investigado — elementos que escapam muitas vezes às formas tradicionais de registro textual. A imagem, nesse contexto, foi entendida não como complemento ilustrativo, mas como linguagem própria, dotada de narrativa e potencial de análise.

Durante as oficinas e entrevistas promovidas pelo projeto, tanto no Mercado quanto no Beco do Carmo, o uso da ferramenta de registro audiovisual foi fundamental para garantir um mapeamento sensível dos espaços e das relações ali existentes. Registramos cenas que expressam desde o cotidiano dos feirantes do mercado, o dia a dia dos moradores do Beco do Carmo, até manifestações culturais, como o movimento do pandeiro livre, o grupo musical mercado do choro, práticas religiosas, entre outros. Esses registros são os arquivos de memória afetiva e material da pesquisa que, além da composição do acervo audiovisual do projeto, cumpre, também, a função de materializar a existência e a resistência dos sujeitos locais, especialmente diante dos avanços urbanos e das transformações que atingem o Centro Histórico de Belém.

Além da função analítica e documental, a produção audiovisual assumiu o papel estratégico na democratização da informação e na visibilidade do projeto. As imagens foram veiculadas em plataformas digitais, especialmente na página oficial do projeto no Instagram, intitulada @inventarionucleopa. Essa conta foi criada tendo sido administrada pelos próprios integrantes do Núcleo Pará em um esforço de construir uma comunicação horizontal e acessível, capaz de atingir públicos diversos, incluindo os próprios moradores dos territórios pesquisados.

O perfil no Instagram passou a funcionar como uma extensão do campo, atualizando constantemente os seguidores (especialmente por meio dos stories) com relatos visuais das atividades realizadas pelo grupo de pesquisa. A curadoria do conteúdo buscou respeitar o protagonismo das comunidades retratadas, garantindo que os registros não fossem somente “sobre” os sujeitos, mas também “com” e “para” eles. Nesse sentido, a plataforma digital se converteu em um espaço de diálogo contínuo entre

os pesquisadores, comunidade e público externo, contribuindo para que a produção do conhecimento acadêmico ultrapasse seus limites tradicionais e se afirmasse como uma prática social compartilhada.

Essa perspectiva encontra respaldo em Paulo Freire (1996), que defende uma pedagogia do diálogo e da escuta, onde o saber é construído coletivamente, valorizando a experiência concreta dos sujeitos populares. Ao compartilhar os registros audiovisuais em uma rede social de amplo alcance, o projeto aproxima-se dessa pedagogia ao romper com a lógica verticalizada do saber científico, promovendo trocas simbólicas e afetivas que fortalecem os vínculos entre universidade e sociedade.

Em termos metodológicos, a produção audiovisual aproximou-se das práticas do “Inventário Participativo”, como ferramenta proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que valoriza o protagonismo comunitário na identificação e salvaguarda de bens culturais. Ao envolver os moradores nos registros e ao compartilhar com eles os resultados visuais das ações, o projeto incorporou os princípios do Inventário, reforçando a dimensão colaborativa da pesquisa. Em alguns momentos, os próprios participantes passaram a sugerir registros, indicar pontos de interesse, tornando-os co-autores da produção do acervo. O grupo de pesquisa adotou uma postura ética no uso das imagens, registrando somente conteúdos autorizados e evitando expor situações sensíveis. As imagens foram tratadas com responsabilidade, havendo diálogo constante com os participantes e revisão de conteúdos quando solicitado, o que fortaleceu a relação de confiança com as comunidades.

Dessa forma, portanto, a produção audiovisual se consolidou como uma ferramenta multifacetada, que atravessa a pesquisa enquanto metodologia, linguagem, memória, comunicação e política. Seu uso ampliou os horizontes da investigação acadêmica e reafirmou o compromisso do Núcleo Pará com os sujeitos e territórios que constituem o Centro Histórico da capital paraense.

Assim, um projeto dessa natureza não se constrói de forma isolada, por isso é essencial destacar a importância das parcerias estabelecidas desde sua concepção. As buscas por parceiros resultaram em reuniões que facilitaram o acesso ao território e o início de uma relação com os habitantes da área inventariada. Os projetos já existentes no local, somados à atuação de outros agentes, possibilitaram a construção de ações integradas relevantes para a comunidade. As parcerias com coletivos, como o Fórum Landi, o Coletivo Aparelho e representantes do Projeto Mastarel, fortaleceram a mobilização da população e a divulgação das atividades. Além disso, as redes sociais desempenharam papel fundamental na promoção do projeto e na captação de novos parceiros.

Após os desdobramentos na busca por parcerias e a realização de diversas reuniões, e com o cronograma de campo já encaminhado, o envolvimento com a área

de inventariação pode consolidar pontes mais coesas para a execução das oficinas. Todavia, a escolha do local, situado no centro histórico e com pouca visibilidade por parte do poder público, embora tenha representado uma potencialidade por esse motivo, também se configurou como uma das principais limitações. Nas primeiras reuniões, ao saber que se tratava de um projeto da universidade, a comunidade direcionava suas intervenções principalmente para reivindicar maior atenção do poder público em relação à infraestrutura e ao saneamento básico.

A mobilização da comunidade para participar das atividades também revelou-se um dos principais desafios do processo. Buscar a adesão dos moradores do Beco e dos trabalhadores do Mercado exigiu estratégias de aproximação constantes, combinando divulgação em redes sociais, colagem de panfletos em pontos estratégicos e, sobretudo, o contato direto, por meio de mensagens no WhatsApp e visitas presenciais. O convite era feito com antecedência e reforçado no dia da oficina, o que se mostrou mais eficaz para garantir a presença e o envolvimento dos participantes.

O direito à cidade sempre esteve presente no discurso dos habitantes da área inventariada. Questões relacionadas à moradia, segurança e saneamento eram frequentemente levantadas antes mesmo de se aprofundar nas discussões sobre patrimônio. Conduzir a conversa para esse tema, em alguns momentos, mostrava-se complexo, uma vez que a escuta absoluta da comunidade constituía um aspecto fundamental da pesquisa.

Compreendeu-se que essas questões são inerentes à dinâmica cotidiana dos habitantes do lugar e, por isso, acabavam integrando qualquer discussão ou intervenção realizada ali. Falar sobre referências culturais, memória e pertencimento em um espaço marcado por demandas tão urgentes como moradia, abastecimento de água e manejo adequado do lixo revelava-se desafiador. No entanto, a força das manifestações culturais e coletivas era tão pulsante que, a partir de determinado momento, o diálogo sobre esses temas passou a ocorrer de forma mais natural, com maior abertura e espontaneidade.

Embora a pesquisa tenha passado por uma interrupção em suas atividades devido à redução de recursos nos primeiros meses de 2024, as conexões e visitas ao território foram mantidas. As atividades culturais realizadas ao longo do ano, inclusive aquelas inventariadas, funcionaram como pontes que possibilitaram a presença constante de parte dos membros da pesquisa no local. Quando a pesquisa retomou sua dinâmica normal, os sujeitos locais já se mostravam mais envolvidos nas discussões sobre suas escolhas e referências culturais. Os lugares, saberes e patrimônios vivos emergiram espontaneamente nas conversas, sem a necessidade de intervenções das pesquisadoras por meio de perguntas, o que evidenciou um processo de reconhecimento e valorização das próprias referências por parte da comunidade

Nessa perspectiva, outro espaço que se mostraria particularmente propício à realização de inventários é a Vila da Barca, localizada no bairro do Telégrafo, em Belém-PA. Situada próxima ao centro da cidade, mas inserida em uma zona de periferia imediata, a vila reúne grande potencial e forte organização comunitária, expressa por meio de coletivos e ações culturais locais. Formada inicialmente por moradores ribeirinhos, a Vila da Barca carrega uma história marcada pela resistência e pela mobilização social, visíveis nas manifestações culturais que reafirmam cotidianamente a identidade e a força de sua comunidade.

7. Referências

ARAÚJO, Patrícia do Socorro Chaves de; SANTOS, Anacleto Araújo dos; SILVA, Eduarda Moura da. Festas de aparelhagem em Belém, Pará: lazer dos celebrantes na visão dos comandantes. **Licere Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer** — UFMG, Belo Horizonte, v.25, n.1, 2022.

ARAÚJO, Gabriela da Costa. Praça do Carmo em Belém-PA e suas Representações: uma análise antropológica das relações dos eventos culturais com a praça. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, Belém, 2016.

ARRUDA, Elaine; AIRES, João. Mastarel. **Projeto artístico (Tese de Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Artes, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo-USP. 2019. Disponível em: <https://mastarel.com/press/4-mastarel/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

ARRUDA, Elaine. Extremas Paisagens: Porto do Sal, uma experiência estética e política. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, A. M. F. de. Porto das brincadeiras no Porto-do-Sal (Belém-Pará): uma leitura antropológica das práticas da infância. 2006. 94 f. **Dissertação (Mestrado)** — Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

BARROS, Magaly Caldas. Projeto Circular Campina-Cidade Velha: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no Centro Histórico de Belém. **Dissertação (Mestrado)** — Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

BENITEZ, Bruno Daniel das Neves. Guitarra e tambor: territorialidade e expressões do Carimbó em Belém-PA. **Dissertação (Mestrado)** — Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1, Belém, 2021.

BELÉM. Prefeitura. **Nossa Senhora do Carmo**. Belém, [s.d.]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=332>.

BITTENCOURT, Nicolle Manuelle Bahia. Auto do Círio: à organização da informação sobre um patrimônio construído pela Universidade Federal do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, 2018.

CARVALHO, Giovana Pampolha de. Cartografia e Patrimônio: Mapeamento Interativo de Edifícios em Estado de Abandono no Bairro da Cidade Velha (Belém-PA). 2023. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Engenharia Cartográfica e Agrimensura) — Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.

CHAVES, C.; GONÇALVES, A. P. C. O mercado público em Belém: arquitetura e inserção urbanística. IV Colóquio Comércio e Cidade: uma relação de origem. Uberlândia: Laboratório de Comércio e Cidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo: 15 p. 2013.

CHAVES, Izabela. Beco do Carmo em Belém do Pará — Curta Documentário. YouTube, 2 dez. 2024. 1 vídeo (8 min 12 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SEU_FRa0q8s. Acesso em: 7 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, A. C., & ROCHA, I. Lá vem o cordão do peixe-boi, lá vem, pelas ruas de belém. Nova Revista Amazônica, vol. 2, 2017.

COSTA, Paloma Silva da. Mercado do Porto do Sal: perspectivas de musealização do espaço por meio da presença de mulheres artistas. Orientador: John Fletcher. Couston Júnior. 2019. 136 f. **Trabalho de Curso** (Bacharelado em Museologia) — Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/2155>.

COSTA, S. C. PORTO, ÁGUA E VIDA: Paisagem, Sensorialidades e Transformações de uma Zona Portuária Amazônica (Cidade Velha, Belém, Pará). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém-Pará, 2019.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

ESTEVAM, Romulo Souza. Marcadores de quadrilhas juninas em Belém do Pará: uma rasgação de afetos, trajetos e espetacularidades. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Federal do Pará, Pará, 2019.

FARTURA. O Mercado do Choro. **Fartura Brasil**, 20 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.faturabrasil.com.br/festival/o-mercado-do-choro/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

FONTES, Edilza. Seresta do Carmo. In: Blog da Professora Dra Edilza Fontes. nov. 2009. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=http://www.professoraedilzafontes.com/2009/11/seresta-do-carmo.html>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1 PARÁ. Com 90 anos de existência, Colégio do Carmo anuncia encerramento das atividades em Belém. G1, Belém, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/11/12/com-90-anos-de-existencia-colegio-do-carmo-anuncia-encerramento-das-atividades-em-belem.ghtml>.

G1 PARÁ. Cordão do Galo: Arraial do Pavulagem leva vivência cultural a crianças e adolescentes de Cachoeira do Arari, no Marajó. Notícias, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/11/cordao-do-galo-arraial-do-pavulagem-leva-vivencia-cultural-a-criancas-e-adolescentes-de-cachoeira-do-arari-no-marajo.ghtml>.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. História e Memória da Carpintaria Naval Ribeirinha da Amazônia: Embarcações, Educação e Saberes Culturais como Patrimônio Cultural. 2009.

GUZZELLI, Bárbara Gonçalves. A dimensão intangível do Patrimônio Urbano. **Tese (Doutorado)** — Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados: Belém (PA)**. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1217/>.

KUNZ, E. A. Porto do Sal: um espaço híbrido entre Belém e a paisagem insular amazônica. 2017. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEÃO, M. B. O Largo do Carmo em Belém/PA: cultura, lazer e conflitos no espaço público. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais** do XIV ENANPUR, 14(1). 2011.

LETRAS Q FLUTUAM. A Letra. In: LETRAS Q FLUTUAM. **ABC do Abridor**. 2023. Disponível em: <https://www.letrasqflutuam.com.br/c%C3%B3pia-os-artistas-1>.

LIMA, D. M. B. de, & GOMBERG, E. (2012). CULTURA, PATRIMÔNIO IMATERIAL E SEDUÇÃO NO ARRAIAL DO PAVULAGEM, BELÉM (PA), BRASIL. Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares, 9(2), Textos escolhidos de cultura e arte populares, Vol. 9, 2012.

LIMA, Márcia. Beco do Carmo e Rua Boaventura são entregues saneadas e urbanizadas à população nesta quinta, 21. Rede Pará, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.redepara.com.br/Noticia/260787/beco-do-carmo-e-rua-boaventura-sao-entregues-saneadas-e-urbanizadas-a-populacao-nesta-quinta--21>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MAGALHÃES, Rodrigo Moreira. Experiências do lugar [manuscrito]: Uma etnografia de festas de aparelhagem nas periferias de Belém do Pará, focada em seus frequentadores. 2017. 140 f. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música.

MARTINS, Fernanda de Oliveira. Letras que flutuam: territórios fluidos da Amazônia. In: Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. Belo Horizonte, 2017.

MIRANDA, C. S. et al. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do patrimônio cultural em Belém. 2006.

MOTA, Gabriel da. Nova cesta básica inclui açaí, maniçoba, tucupi e farinha; entenda. O Liberal, Belém, 07, março de 2024. Economia. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/nova-cesta-basica-inclui-acai-manicoba-tucupi-e-farinha-entenda-1.788844>.

NERY, Arian da Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional da Amazônia-Zona do Salgado-Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol. 11(2), 1995.

OFICINA de Pandeiros para Iniciantes — Pandeiro Livre. **Palco Belém**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.palcobelem.com.br/eventos/oficina-de-pandeiros-para-iniciantes-pandeiro-livre>. Acesso em: 7 ago. 2025.

PROJETO CIRCULAR. O que é o Projeto Circular. **Projeto Circular**, 2024. Seção “O Circular”. Disponível em: <https://projetcircular.org/o-circular/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2024.

PROJETO MASTAREL. **Projeto Mastarel**. 2024. Disponível em: <https://mastarel.com/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2024.

SAGRES, Wal. Projeto Mastarel retorna ao Mercado do Porto do Sal. **Diário do Pará**, 2 de dezembro de 2023. Seção “Você”. Disponível em: <https://diariodopara.dol.com.br/voce/projeto-mastarel-retorna-ao-mercado-do-porto-do-sal-97873/>. Acesso em 7 de janeiro de 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. Ed. – São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Harley. A economia do açaí em Belém-PA: vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico. Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 3, 2021.

SILVA, Layze Machado da. Instituto Arraial do Pavulagem: a gestão de um projeto cultural no norte do Brasil. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de São Paulo, escola de comunicações e artes, centro de estudos latino-americanos sobre cultura e comunicação. São Paulo, 2019.

SOUZA, J. A. X. de; AMARAL, M. D. B. Caminhar por centros históricos de cidades amazônicas: ver e sentir os usos do território em São Luís-MA e Belém-PA. **Ciência Geográfica** — Bauru — XXIV — Vol. XXIV — (3): Janeiro/Dezembro-2020.

VALENTE, J. D. **A história nas ruas de Belém**: A Cidade Velha. Belém: CEJUP, 1993.

WIZIAK, G; MALCHER, E; RODRIGUES, R. Investimentos para a COP 30 em Belém e moradia precária em área central: o caso do Beco do Carmo... In: Anais do Quarto URBfavelas: Seminário Internacional de Urbanização de Favelas. São Paulo-SP USP, 2024.



ISBN XXX.XXX.XX